



Polícia Penal-PI

SIMULADOS

FOCADO NA BANCA NUCEPE

AMOSTRA GRATUITA

Q2

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

Fala, Futuro(a) policial penal da PP-PI! Tudo bem?

Seja bem-vindo a nossa **AMOSTRA GRATUITA** pacote de simulados pós-edital focado na banca **NUCEPE** para o concurso da PP-PI.

VEJA ABAIXO COMO FUNCIONA NOSSO PACOTE DE SIMULADOS:

No total serão 4 simulados com questões de **ALTA RELEVÂNCIA** que poderão cair na sua prova. Os simulados vão envolver as matérias de **Português, Conhecimentos do Estado do Piauí, Noções de Informática, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Penal Especial, Direitos Humanos, Noções de Administração e Legislação Estadual.**

PONTOS IMPORTANTES DO PACOTE DE SIMULADOS:

- Cada simulado terá **60 questões** e o **comentário com gabarito** de cada questão fica disponível após finalizar o simulado!
- Os **4 simulados** serão Liberados de imediato!
- O acesso do pacote completo com 4 simulados é enviado pelo **E-mail** através da nossa **plataforma eduzz!**

Bons estudos e aproveite bastante o seu material! **Temos certeza de que será uma ferramenta de grande efetividade!**

Vamos Quebrar tudo!

Equipe **Quebrando Questões.**

Português

01)

Mesóclise de Temer: "...se o fizer, consertá-lo-ei"

Temer entra na história pela mesóclise, assim como Itamar entrou com o fusca: "Procurarei não errar, mas, se o fizer, consertá-lo-ei".[...] Essa foi uma célebre frase dita pelo ex-presidente da República, em seu discurso, ao anunciar suas primeiras medidas econômicas.[...]

Disponível

em: <http://blogdomagno.com.br/ver_post.php?id=170345&pagina=9783>. (Adaptado). Acesso em 09 de nov. 2019.

Seguindo o exemplo da fala de Michel Temer, em qual das alternativas a colocação do pronome mesoclítico se fez conforme as regras da gramática normativa?

- A) Não enviar-te-ei a mensagem.
- B) Jamais entregar-lhe-ei seu pedido.
- C) Neste momento, obedecer-me-ia se eu pedisse?
- D) Alguém entregar-me-á os pacotes com as provas?
- E) Você sabe que vencê-lo-ei em qualquer disputa.

02)

O palavraço

Uma palavra
palavriteira
se despallavrava
pela escada velha.

Pobre palavra!
se apalavrrou
palabrinçando
cada degrau.

Caiu sentada
a palazangada e
se despallabrochou
flor de pancada.

Despalavra
palabotão
ontem palavra
hoje palavrão.

Silvia Schujer. O palavraço. Poemas com sol e sons. Cerialc Co-Edição Latino Americana. p.7.

O vocábulo apalavrrou (v. 6) exemplifica o processo de derivação

- A) prefixal.
- B) sufixal.
- C) imprópria.
- D) regressiva.
- E) parassintética.

03)

Lesão de Stephen Curry é pior do que esperado e craque está fora da temporada, diz jornalista.

Disponível em: Acesso em 07 de nov. 2019.

O mecanismo de coesão evidenciado pela segunda palavra destacada no título da notícia é a

- A) anáfora.
- B) catáfora.
- C) repetição.
- D) sinonímia
- E) hiperonímia.

04) No período "Você acha que o individualismo é uma tendência crescente?", a oração subordinada substantiva destacada exerce a função sintática de

- A) sujeito.
- B) predicativo.
- C) objeto direto.
- D) objeto indireto.
- E) complemento nominal.

05) Leia a tirinha para responder à questão

TV: A FONTE DA DISCÓRDIA...



Disponível em: <<http://mulher30.com.br/2007/07/tv-a-fonte-da-discordia.html>>. Acesso em 05 de nov. 2019.

Sobre a regência dos verbos VER e ASSISTIR, presentes na fala da mulher, respectivamente, no primeiro e no último quadrinho, conforme as normas gramaticais, verifica-se que

- A) ambos são transitivos diretos e não necessitam de complemento regido por preposição
- B) os dois verbos possuem o mesmo sentido, por isso, apresentam a mesma regência.
- C) o verbo ver é regido pela preposição a, logo, deveria empregar-se o acento grave em "a novela".
- D) os dois verbos são transitivos indiretos e devem ser regidos pela preposição a.
- E) a regência do verbo ver está correta, porém, a do verbo assistir apresenta uma inadequação.

06) Pela situação que a tirinha retrata, constata-se que

- A) o problema inicial entre o casal é resolvido com a compra de outra TV
- B) o casal resolve a discórdia quando vai assistir à televisão no quarto
- C) mesmo possuindo duas TVs, o casal continua discordando entre si.
- D) a programação da TV é o principal causador da discórdia entre o casal.
- E) a discórdia não é resolvida porque o homem causa o desentendimento.

Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí

07) Analise as informações a seguir sobre o setor de mineração e a estrutura industrial do Piauí e escolha a opção correta:

A) A exploração de minerais no Piauí é limitada ao níquel, com a segunda maior reserva localizada em Capitão Gervásio Oliveira, enquanto outros minerais como mármore, amianto e ferro são considerados de menor importância econômica para o estado.

B) A presença da multinacional Vale S.A. em Capitão Gervásio Oliveira e os investimentos em pesquisa para exploração de petróleo e gás natural indicam um setor de mineração emergente no Piauí, com a indústria concentrada principalmente na construção e nos serviços industriais de utilidade pública.

C) O Piauí, apesar de seu potencial em recursos minerais como níquel, ferro e gemas, não tem demonstrado avanços significativos na exploração mineral, mantendo sua economia fortemente dependente da agricultura e da pecuária.

D) A indústria no Piauí, com um PIB de R\$ 5,6 bilhões, mostra uma diversificação limitada, concentrando-se em poucos setores como alimentos, bebidas e vestuário, que juntos representam a menor parte da produção industrial do estado.

E) Com um PIB industrial significativo, o Piauí destaca-se na produção de níquel, ferro e outros minerais, além de ter uma indústria diversificada que inclui a construção, serviços industriais de utilidade pública, alimentos, bebidas e vestuário, refletindo a dinâmica econômica do estado.

08) Avalie as afirmações a seguir sobre o turismo em Teresina, a capital do Piauí, e assinale a opção correta:

A) Teresina, conhecida como a "Cidade Verde", é renomada por seus atrativos litorâneos, destacando-se pelas praias urbanas e pela sua proximidade com o mar, o que contribui significativamente para o turismo local.

B) A capital do Piauí, fundada em 1852, destaca-se por ser a primeira cidade planejada do Brasil e é conhecida como "Mesopotâmia do Nordeste" devido à sua localização entre dois grandes rios, oferecendo uma rica experiência cultural com seus antigos casarões históricos e diversificada culinária local.

C) Apesar de ser a única capital nordestina fora do litoral, Teresina não possui atrativos turísticos significativos, sendo principalmente uma cidade de passagem para outros destinos turísticos do estado do Piauí.

D) Os principais pontos turísticos de Teresina incluem apenas modernas infraestruturas urbanas, como a Ponte Estaiada, sem oferecer atrativos naturais ou históricos que caracterizam a herança cultural da cidade.

E) O turismo em Teresina é limitado ao Encontro dos Rios e ao Parque Zoobotânico, não apresentando outras opções de lazer ou interesse cultural, o que restringe a experiência dos visitantes na cidade.

09) Considere as informações sobre o turismo no norte do Piauí e identifique a afirmativa correta:

A) A Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, apesar de sua vasta extensão e beleza natural, não contribui significativamente para o turismo no estado, pois suas 90 ilhas são predominantemente inacessíveis e desprovidas de atrativos naturais.

B) O litoral piauiense, conhecido por ser o menor do Brasil, não oferece atividades turísticas relevantes, focando exclusivamente na pesca comercial, sem praias ou oportunidades de lazer para visitantes e turistas.

C) No norte do Piauí, o turismo é intensificado pela presença do Delta do Rio Parnaíba, que desemboca no Atlântico formando um delta com cerca de 90 ilhas, atraindo turistas interessados em ecoturismo, aventura e esportes aquáticos como o kitesurf.

D) As praias do Piauí, embora extensas e ensolaradas, são pouco conhecidas e raramente visitadas por turistas, principalmente devido à falta de infraestrutura turística e à inexistência de atividades de lazer organizadas na região.

E) Parnaíba e Luís Correia, embora sejam municípios litorâneos importantes, não contribuem para o turismo do estado, pois seus atrativos naturais, como dunas de areia branca e lagoas de água doce, não são valorizados nem promovidos para visitantes.

10) Considerando os atrativos turísticos descritos nas diversas regiões do Piauí, identifique a opção correta:

A) O Parque Ecológico da Cachoeira do Urubu, apelidado de "Cataratas do Iguazu piauienses", é a única atração turística da região centro-norte, destacando-se pela ausência de outras atividades culturais ou naturais significativas na área.

B) O Festival de Inverno de Pedro II, conhecido pela sua atmosfera semelhante à da Suíça e pela exploração de opalas, limita-se a apresentações locais de música, sem atrair artistas de renome nacional ou internacional, ou oferecer outras formas de entretenimento cultural.

C) Nos parques nacionais do sul do Piauí, como a Serra da Capivara e Sete Cidades, a principal atração são os sítios arqueológicos, com destaque para o Parque Nacional Serra da Capivara, reconhecido por seus vestígios pré-históricos e o Museu do Homem Americano, atraindo turistas globais interessados em história antiga e arqueologia.

D) O cânion do rio Poti e o mirante do Gritador em Pedro II são pouco conhecidos e raramente visitados, apesar de sua beleza natural, devido à falta de divulgação e ao difícil acesso, o que os torna atrativos turísticos irrelevantes no contexto do turismo do Piauí.

E) O Parque Nacional da Serra das Confusões, apesar de seu significativo potencial turístico, é amplamente acessível ao público, sendo uma das principais opções de ecoturismo no estado, sem restrições de visitação ou limitações de acesso.

11) Analise as informações sobre a matriz energética do Piauí e selecione a afirmativa correta:

A) A Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, apesar de sua relevância, é a única fonte de energia no Piauí, com o estado não investindo em outras formas de energia renovável como a solar ou a eólica, mantendo um perfil energético tradicional.

B) O estado do Piauí, embora possua um potencial significativo para a geração de energia eólica, não tem desenvolvido essa capacidade, concentrando-se exclusivamente na energia hidrelétrica e solar para atender às suas necessidades energéticas.

C) Em 2018, o Piauí destacou-se como o 3º maior produtor de energia eólica do Brasil, com a energia eólica sendo a principal fonte de sua matriz energética, evidenciando um investimento significativo em parques eólicos como Delta 1 e 2, Pedra do Sal, entre outros.

D) O Parque Solar Nova Olinda é o único projeto de energia renovável no Piauí, com o estado mostrando pouco interesse ou investimento nas potencialidades da energia eólica, apesar das condições favoráveis apresentadas.

E) A matriz energética do Piauí é marcada pela predominância da energia hidrelétrica, com outras formas de energia renovável, como a eólica e a solar, tendo uma participação insignificante e não contribuindo de forma relevante para a capacidade instalada total do estado.

12) Considere as características culturais e gastronômicas do Piauí e escolha a alternativa correta:

A) No Piauí, a diversidade cultural é limitada às festividades juninas, com o São João sendo a única manifestação cultural relevante, enquanto outras formas de expressão cultural, como Bumba-Meu-Boi ou Reisado, são praticamente inexistentes.

B) A culinária do Piauí é notável por sua simplicidade e falta de variedade, concentrando-se majoritariamente em pratos baseados em carne bovina, sem grande uso de temperos locais ou pratos tradicionais que destacam a identidade gastronômica do estado.

C) As manifestações culturais no Piauí, como Bumba-Meu-Boi, Cavalo Piencó, e Reisado, refletem a riqueza do patrimônio cultural do estado, que é complementado por uma culinária distintiva, rica em temperos locais e pratos únicos como a galinha à cabidela e a cajuína.

D) Apesar da sua rica história cultural, o Piauí tem uma culinária que é amplamente influenciada por pratos internacionais, com pouca presença de elementos tradicionais ou pratos que refletem o patrimônio gastronômico local.

E) No Piauí, a cultura e a gastronomia são marcadas pela influência exclusiva das tradições portuguesas, sem qualquer adaptação ou incorporação de elementos locais, resultando em uma homogeneidade cultural em todo o estado.

Noções de Administração

13) Leia o texto a seguir.

Compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar os resultados, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

PETERS apud LEVI-FAUR, 2012. Disponível em <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/3089/2325/12787>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

O texto acima refere-se ao conceito de

A) governança pública.

B) accountability.

C) administração.

D) transparência pública.

14) A elaboração do orçamento público brasileiro se pauta no uso determinante de três instrumentos fundamentais que se relacionam com essa finalidade: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Com relação à LDO, é correto afirmar que

A) orienta a elaboração do PPA.

B) dispõe sobre a vigência e os prazos do exercício financeiro.

C) contém a reserva de contingências.

D) compreende as metas e prioridades da Administração Pública.

E) estabelece, de forma regionalizada, os objetivos e metas para os programas de duração continuada.

15) O que motiva Melissa Hurt, uma executiva financeira regional da empresa de software FormScape? Sua primeira resposta — "é o dinheiro" — corrobora aquilo que a maioria de nós acredita ser a motivação básica no trabalho. Mas depois de pensar um pouco melhor, Melissa percebe claramente que não se trata apenas de dinheiro. A flexibilidade, por exemplo, é muito importante para ela. Na realidade, esta é uma das razões pelas quais ela escolheu a área de vendas. "Trabalhar com vendas me dá a oportunidade de jogar golfe, de ir à academia e de sair para almoçar com meus amigos. É como gerenciar seu próprio negócio — você é um empreendedor. Há metas para atingir e, quando isto é feito, você pode tirar um tempo de folga que não vai prejudicar ninguém".

ROBBINS, S. P. Comportamento Organizacional. São Paulo, Pearson Prentice Hall. 2009.

Tendo por base essa discussão, avalie as seguintes afirmações:

I - Embora as recompensas financeiras possam ser motivadoras para algumas pessoas, existem também outros fatores, como reconhecimento, oportunidades de crescimento, sentido de propósito e satisfação intrínseca, que desempenham um papel importante na motivação humana.

II - A motivação pode variar ao longo do tempo e em diferentes situações. Fatores internos e externos podem influenciar a motivação de uma pessoa, e ela pode aumentar ou diminuir com base nas circunstâncias e nos estímulos presentes.

III - A motivação parte também da forma de tratamento do gestor. Dessa forma, é preciso tratar todos igualmente, oferecendo os mesmos benefícios e recompensas.

IV - Todas as pessoas são motivadas quando se tem um ambiente de trabalho desafiador e instigante.

Assinale a alternativa que apresenta APENAS as afirmações CORRETAS:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I e III.
- E) II e IV.

16) Avalie as seguintes afirmações, considerando o texto acima:

I - Pode-se afirmar que um exemplo de ponto forte é o aumento no número de organizações públicas que adotam práticas sustentáveis.

II - Pode-se afirmar que um exemplo de ponto fraco é a punição mais pesada a quem maltrata animais.

III - Pode-se afirmar que um exemplo de ponto forte é a reputação da organização junto à sociedade.

IV - Pode-se afirmar que um exemplo de ponto fraco é a baixa capacidade técnica dos funcionários.

Assinale a alternativa que apresenta APENAS as afirmações CORRETAS.

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I e IV.
- E) I e III.

Noções de Informática

17) Os computadores de mesa básicos são geralmente compostos por gabinete, teclado,

mouse e monitor. Dentro do gabinete, diversos componentes independentes trabalham em conjunto para funcionamento do mesmo, tais como a CPU e as memórias. As memórias são dispositivos de armazenamento de dados temporário ou permanente, podendo ser classificadas em primárias ou secundárias.

TANENBAUM, Andrew S.; AUSTIN, Todd. Organização estruturada de computadores. Tradução D. Vieira. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013. p. 605.

Com relação a essas memórias existentes no computador, qual das alternativas é considerada uma memória secundária?

- A) RAM.
- B) ROM.
- C) Registradores.
- D) SSD.
- E) CACHE.

18) Os atalhos de teclado são teclas ou combinações de teclas que oferecem uma forma alternativa de fazer algo que normalmente faria com um rato (mouse).

Sobre os atalhos de teclado do Windows 10, assinale a opção que apresenta o atalho para abrir o explorador de arquivos:

- A) Tecla do logotipo do Windows + seta pra cima
- B) Tecla do logotipo do Windows + D
- C) Tecla Alt + Tab
- D) Tecla do logotipo do Windows + E
- E) Tecla do logotipo do Windows + L

19) Com relação aos conceitos sobre Intranet, Internet e os protocolos envolvidos nessas tecnologias, assinale a única alternativa INCORRETA.

- A) O protocolo FTP permite realizar transferência de arquivos entre diferentes computadores.
- B) HTTPS é um protocolo de comunicação seguro, utilizado para entregar mensagens de correio eletrônico na Internet.
- C) A Intranet é uma rede de computadores privada dentro de uma organização.
- D) O padrão TCP/IP é um conjunto de protocolos de comunicação utilizados na Internet.
- E) O protocolo IP é responsável por endereçar e encaminhar pacotes que trafegam pela rede mundial de computadores.

20) Tem-se a seguinte planilha criada no Microsoft Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A	B	C	D
1	9	5	8	3
2	8	9	9	0
3	8	7	5	2
4	8	4	6	1

Assinale a alternativa com os resultados das seguintes fórmulas, a serem aplicadas nas células A5, A6 e A7, respectivamente.
=CONT.VALORES(A1:D4) =CONT.NÚM(A1:D4)
=CONTAR.VAZIO(A1:D4)

- A) 15, 15, 0
- B) 15, 15, 1
- C) 15, 16, 1
- D) 16, 16, 0
- E) 16, 16, 1

Direito Constitucional

21) Acerca da forma e sistema de governo, chefia de estado e chefia de governo, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Atualmente, o Brasil adota a República como sistema de governo.
- B) No Parlamentarismo, as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo não são exercidas por uma única pessoa.
- C) No Presidencialismo, as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo encontram-se nas mãos de uma única pessoa, qual seja, o Presidente da República; esta forma de governo é a prevista na Constituição Brasileira.
- D) O Brasil é uma República Presidencialista, e seus governantes são eleitos indiretamente pelo povo.
- E) A Monarquia é uma forma de governo em que há uma participação direta do povo na escolha dos governantes.

22) Certa pessoa premeditou o assassinato de outra por motivo de dívida de dinheiro, tendo causado sua morte. O crime foi cometido à vista de autoridades policiais, que conduziram o ofensor perante o Delegado de Polícia para que fosse preso. Considerando o disposto na Constituição Federal, nesse caso a prisão do ofensor

- A) é admitida, uma vez que o crime foi praticado em flagrante delito, devendo o acusado ser julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado, competente para o julgamento dos crimes dolosos.
- B) é admitida, uma vez que o crime foi praticado em flagrante delito, devendo o acusado ser julgado pelo Tribunal do Júri, sendo-lhe assegurado o direito à plenitude de defesa.

C) não é admitida, uma vez que o acusado somente poderá ser considerado culpado após sentença penal transitada em julgado proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado.

D) não é admitida, uma vez que o acusado somente poderá ser considerado culpado após sentença penal transitada em julgado proferida pelo Tribunal do Júri.

E) não é admitida, uma vez que a prisão é permitida apenas por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária, devendo o acusado ser julgado pelo Tribunal do Júri.

23) Marque a alternativa CORRETA. Compete ao Estado do Piauí concorrentemente com a União, legislar sobre:

- A) Direito civil, financeiro, transporte público, econômico e urbanístico.
- B) Orçamento, financeiro, penitenciário, econômico e comercial.
- C) Direito financeiro, tributário, penitenciário, econômico e urbanístico.
- D) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e penal.
- E) Direito tributário, comercial, penitenciário, eleitoral e urbanístico.

24) Marque a alternativa que se refere à competência do Conselho Nacional de Justiça:

- A) julgar a ação judicial em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;
- B) o julgamento de ministros do Supremo Tribunal Federal que cometam crime de responsabilidade;
- C) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;
- D) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de 1 (um) ano;
- E) a elaboração do regimento interno dos tribunais estaduais.

25) O Ministério Público está situado no capítulo das Funções Essenciais à Justiça na Constituição de 1988. Marque a alternativa que NÃO se encontra entre as vedações constitucionalmente designadas aos seus membros:

- A) exercer a advocacia;
- B) participar de sociedade comercial, na forma da lei;
- C) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
- D) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, sem qualquer exceção;
- E) exercer atividade político-partidária.

26) Será compatível com a disciplina dos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal a

- A) obtenção de certidões em repartições públicas, mediante o pagamento de taxas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- B) determinação, pela autoridade policial competente, da interceptação de comunicações telefônicas, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- C) utilização, pela autoridade competente, de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior, se houver dano.
- D) imprescritibilidade dos crimes decorrentes da prática de racismo, do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado democrático.
- E) entrada na casa do indivíduo, independentemente de consentimento do morador, a qualquer hora, para cumprimento de determinação judicial.

27) É competência do Município, conforme a Constituição Federal de 1988:

- A) legislar sobre assuntos de interesse local;
- B) exploração dos serviços de gás canalizado;
- C) instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;
- D) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social;
- E) legislar sobre normas de consumo.

28) A Constituição Federal estabelece como condição para aquisição de estabilidade pelos servidores públicos:

I. A nomeação para cargo público de provimento efetivo, em virtude de concurso público, ou para cargo público em comissão, de livre provimento e exoneração.

II. A posse no cargo há três anos.

III. A avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, e III.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III, apenas.
- E) II, apenas.

Direito Penal

29) Em relação ao crime de estelionato é CORRETO afirmar que

- A) Pratica o crime quem obtém, para si ou para outrem, vantagem lícita, em prejuízo alheio, induzindo

ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

B) A pena não é majorada quando cometido contra o idoso.

C) Pratica o delito quem subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.

D) Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

E) O referido delito não é um crime contra o patrimônio.

30) Sônia deu à luz um bebê. No dia seguinte, acometida pelo estado puerperal, Sônia pretendia matar seu próprio bebê atirando-o do terraço da maternidade. Para tanto, solicitou a ajuda de sua amiga Beatriz, que vigiava para que ninguém visse a ação. Em sequência, Sônia dirigiu-se ao andar de cima. Mesmo vendo que os degraus da escada estavam molhados, caiu com o bebê no colo. Diante da queda, Sônia sofreu lesões leves, porém o bebê veio a falecer.

Nesse caso, é correto afirmar que

A) Sônia e Beatriz devem responder criminalmente pelo delito de infanticídio em concurso de agentes.

B) Sônia deve responder por infanticídio e Beatriz por homicídio culposo em concurso de agentes.

C) Sônia deve responder por homicídio culposo e Beatriz por infanticídio.

D) Sônia e Beatriz devem responder criminalmente por homicídio doloso, pois agiram mediante dolo direto.

E) Sônia deve responder por homicídio culposo, tendo em vista sua conduta eivada de imprudência; Beatriz não deve responder por crime algum.

31) Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA.

A) O crime de peculato não é previsto na modalidade culposa.

B) Somente considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, com remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

C) O exercício arbitrário das próprias razões é um crime contra a Administração Pública.

D) Oferecer, dar ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, caracteriza o crime de corrupção ativa.

E) No crime de corrupção passiva, a pena é aumentada pela metade, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

32) Em relação aos requisitos para o livramento condicional, é correto afirmar que:

A) a ausência de falta grave no período de doze meses é suficiente para satisfazer o requisito exigido para concessão do benefício;

B) faltas disciplinares ocorridas no período anterior a doze meses não podem ser consideradas pelo Juízo das Execuções Penais para aferir fundamentadamente o mérito do apenado;

C) faltas disciplinares ocorridas no período anterior a doze meses podem ser consideradas pelo Juízo das Execuções Penais para aferir fundamentadamente o mérito do apenado;

D) a ausência de falta grave no período de seis meses é suficiente para satisfazer o requisito exigido para concessão do benefício;

E) a demonstração da aptidão para prover a própria subsistência mediante qualquer atividade é suficiente para satisfazer o requisito exigido para concessão do benefício.

33) Julgue os itens a seguir acerca da tipicidade, ilicitude, culpabilidade e punibilidade.

I - Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade.

II - Extingue-se a punibilidade pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra a dignidade sexual.

III - Tipicidade é a conduta típica realizada.

IV - Para ser culpável, o agente deverá ser imputável.

A) Somente estão corretos os itens I e II.

B) Somente estão corretos os itens I e IV.

C) Somente estão corretos os itens I, II e IV.

D) Somente estão corretos os itens II e IV.

E) Todos os itens estão corretos.

34) Dentre os crimes praticados contra a Administração Pública, importa em peculato:

A) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

B) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

C) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

D) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

E) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

35) Maria, em decorrência da prática de crime doloso, foi condenada ao cumprimento de pena privativa de liberdade, substituída por restritiva de

direitos em processo em que se deu o trânsito em julgado. Dentre as hipóteses abaixo, são penas de interdição temporária de direitos:

I. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública.

II. Limitação de fim de semana.

III. Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.

IV. Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo.

Está correto o que se afirma APENAS em

A) III e IV.

B) I, III e IV.

C) II, III e IV.

D) I, II e III.

E) I, II e IV.

36) À luz do Código Penal, assinale a opção correta acerca dos crimes contra a pessoa.

A) A mulher que, sob a influência do estado puerperal, matar o próprio filho durante o parto responderá por aborto provocado pela gestante.

B) A gravidade da lesão corporal será equivalente se ocorrer tanto a debilidade permanente quanto a perda ou a inutilização de membro, sentido ou função.

C) O agente que induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou a praticar automutilação responderá por crime doloso contra a vida, punido com reclusão.

D) O aborto necessário — quando não há outro meio de salvar a gestante — e o aborto no caso de gravidez decorrente de estupro excluem a ilicitude por inexigibilidade de conduta diversa.

E) A circunstância de o crime de feminicídio ser praticado durante a gestação ou nos seis meses após o parto é qualificadora desse crime.

Direito Administrativo

37) Ao aprofundar os seus estudos acerca do direito administrativo, Carlota observou que existem diversas manifestações do poder hierárquico, entre as quais é correto apontar

A) a avocação temporária de competência.

B) o embargo de obra que esteja em desacordo com o ordenamento.

C) o deferimento de uma licença profissional.

D) a aplicação de multa à concessionária de serviço público.

E) o recurso administrativo dirigido para a autoridade competente da Administração Direta contra decisão de autarquia.

38) Sobre os poderes da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA.

A) Poder Vinculado é aquele em que o administrador, apesar de subordinado à lei, tem liberdade para atuar

de acordo com um juízo de conveniência e oportunidade

B) O Poder Disciplinar tem por finalidade distribuir e escalonar as funções dos órgãos, ordenar e rever a atuação dos agentes públicos, estabelecendo uma relação de hierarquia.

C) O Poder Hierárquico impede a delegação de qualquer atribuição de um órgão a outro, na estrutura da Administração. Por outro lado, é plenamente permitida a avocação, quando o superior hierárquico substitui o subalterno no exercício de suas atribuições.

D) O Poder Disciplinar permite à Administração Pública punir e apenar a prática de infrações funcionais dos servidores e de todos os que estiverem sujeitos à disciplina dos órgãos e serviços da Administração, abrangendo as sanções impostas aos particulares.

E) O Poder de Polícia tem por objeto condicionar, restringir, frenar o exercício de atividade, o uso e gozo de bens e direitos pelos particulares, em razão do interesse da coletividade, tendo por fundamento o princípio da predominância do interesse público sobre o particular.

39) Os poderes da administração constituem prerrogativas especiais para que sejam satisfeitas as finalidades públicas. Dentro dessa análise, quando um município realiza a interdição de uma obra, por ausência de alvará, mostra dessa maneira a atuação do poder:

- A) Hierárquico.
- B) Vinculado.
- C) Regulamentar.
- D) De polícia.
- E) Disciplinar.

40) Para ocupar cargo público, o ordenamento jurídico exige que ocorra o provimento, isto é, que seja praticado um ato administrativo constitutivo hábil a promover o ingresso no cargo. Assinale dentre as alternativas abaixo a que NÃO constitui forma de provimento de cargo público:

- A) Readaptação.
- B) Recondução.
- C) Nomeação.
- D) Reversão.
- E) Transferência.

41) Análise e marque a alternativa CORRETA sobre os atos administrativos.

- A) Os requisitos dos atos administrativos são somente competência e forma.
- B) A anulação de um ato administrativo ocorre por violação de dispositivo de lei.
- C) Os atos em que existe uma certa liberalidade de agir são denominados de atos vinculados.
- D) A discricionariedade encontra-se presente na competência e na forma do ato administrativo.
- E) A convalidação é um atributo do ato administrativo.

42) As modalidades de licitação previstas na Lei n.º 14.133/2021 são

- A) pregão, concorrência, leilão, diálogo competitivo e credenciamento.
- B) concorrência, concurso, leilão, registro de preços e diálogo competitivo.
- C) pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo.
- D) pregão, concorrência, convite, leilão e diálogo competitivo.
- E) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.

Direito Processual Penal

43) Michael responde, preso preventivamente, a inquérito policial conduzido pela Polícia Civil, que investiga a prática do crime de extorsão simples, previsto no Art. 158 do Código Penal.

Quanto ao prazo de duração, é correto dizer que o inquérito em questão deve ser concluído no prazo de

- A) 15 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão.
- B) 30 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.
- C) 90 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão.
- D) 10 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão.
- E) 15 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

44) Thiago agrediu verbal e fisicamente sua esposa Nicole, após crise de ciúmes. Ato contínuo, Nicole comunicou o fato à autoridade policial, que instaurou inquérito policial.

Finda a investigação, entendendo presentes a autoria e materialidade do fato típico, o delegado de polícia indiciou Thiago pelo crime de lesão corporal decorrente da condição do sexo feminino, o qual, segundo o art. 129, § 13, do Código Penal, é punido com pena de reclusão, de um ano a quatro anos.

Recebidos os autos no Ministério Público, tanto Thiago quanto Nicole informaram ao promotor de justiça com atribuição para o caso que o ocorrido havia sido uma situação pontual. Outrossim, Nicole disse que não desejava ver Thiago sendo processado criminalmente.

Em tal contexto, caberá ao promotor de justiça propor

- A) acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente à reprovação e prevenção do

crime, cumpridas as condições estabelecidas no acordo.

B) transação penal, nos termos da Lei nº 9.099/1995, uma vez que a infração penal praticada por Thiago é de menor potencial ofensivo, não cabendo a celebração de acordo de não persecução penal na hipótese.

C) ação penal, pois incabível a celebração de acordo de não persecução penal, exclusivamente em razão da pena aplicável em abstrato à infração penal.

D) a ação penal, pois incabível a celebração de transação penal, bem como de acordo de não persecução penal na situação narrada, diante da natureza da infração penal

E) acordo de não persecução penal, independentemente das condições que vierem a ser estabelecidas no acordo, bem como de sua efetividade para a reprovação da infração penal.

45) Acerca das questões e processos incidentes, no que se refere a restituição de coisas apreendidas, assinale a opção correta.

A) É facultativa a oitiva do Ministério Público nos pedidos de restituição de coisa apreendida.

B) Na hipótese de decretação de perdimento de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural ou artístico, se a vítima do crime não for determinada, poderá haver destinação dos bens a museus públicos.

C) As coisas apreendidas, ainda que interessem ao processo, podem ser restituídas antes mesmo do trânsito em julgado da sentença final.

D) Em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono da coisa apreendida, o juiz deverá encaminhar as partes à autoridade policial competente.

E) Coisas facilmente deterioráveis serão avaliadas e levadas ao depósito público.

46) A autoridade policial determinou a instauração de inquérito, após receber a notícia da suposta prática do crime de furto mediante fraude eletrônica, definido no Art. 155, § 4º-B, do Código Penal, com a redação dada pela Lei 14.155 de 2021. O delito em questão é de ação penal pública incondicionada.

Apesar da realização de diversas diligências, não foi possível apurar a autoria delitiva, o que constou no relatório elaborado pelo delegado de polícia.

A partir dos dados apresentados, é correto afirmar que, no caso,

A) o delegado deve arquivar diretamente o inquérito policial, não sendo possível, a partir do arquivamento, em nenhuma hipótese, a reabertura das investigações.

B) o delegado pode promover o arquivamento do inquérito, devendo o membro do Ministério Público

acompanhar a manifestação ou recorrer ao chefe de polícia.

C) embora não possa arquivar diretamente o inquérito, as conclusões do delegado de polícia vinculam o órgão do ministério Público responsável promoção de arquivamento ou oferecimento da denúncia.

D) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; entretanto, ocorrendo o arquivamento por determinação da autoridade competente, pode haver o desarquivamento e continuidade das investigações, desde que surja notícia de novas provas.

E) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; caso haja o arquivamento por determinação da autoridade competente, não pode haver o desarquivamento e a continuidade das investigações, ainda que surjam notícias de novas provas.

47) Quanto ao inquérito policial, assinale a opção correta.

A) Mesmo com a extinção da punibilidade do investigado, o delegado não pode arquivar o inquérito policial.

B) O juiz pode fundamentar a sentença exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.

C) No crime de estupro, a instauração do inquérito policial depende de representação da vítima no prazo legal.

D) Em regra é cabível o desarquivamento do inquérito quando este tiver ocorrido por atipicidade do fato.

E) O inquérito é um procedimento indispensável para reunir elementos para a propositura da ação penal.

48) Sobre o acordo de não persecução penal, é correto afirmar que

A) pode ser celebrado mesmo sendo caso de arquivamento do inquérito policial.

B) pode ser proposto pelo juiz.

C) exige a confissão do investigado.

D) independe do cumprimento de condições.

E) é cabível nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica.

Direitos Humanos

49) Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que

A) toda pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.

B) são asseguradas às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

C) toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas ou militares.

D) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

E) ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade, exceto no caso de iminente perigo público.

50) De acordo com o artigo 8º da Constituição Federal, é livre a associação sindical, observado o seguinte:

- A) é obrigatória autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- B) a criação de organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica se aperfeiçoará com o registro do respectivo ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- C) é obrigatória a filiação ao sindicato da respectiva categoria.
- D) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- E) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas..

51) Incumbe ao Conselho da Comunidade

- A) emitir parecer sobre indulto e comutação de pena.
- B) supervisionar os patronatos.
- C) elaborar programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor.
- D) visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca.
- E) propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito.

52) Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo ser humano tem

- A) assegurado o direito ao amplo acesso à informação, sendo vedado, em qualquer hipótese, resguardar o sigilo da fonte.
- B) deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
- C) direito à prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- D) direito a obter gratuitamente certidões em repartições públicas para o exercício da ampla defesa.
- E) assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Direito Penal Especial

53) Nestor apropriou-se da maior parte dos proventos de aposentadoria relativos ao mês de abril de 2021 de seu pai, Antunes, de 64 anos de idade. Nestor detinha o cartão e a senha necessários para o saque do benefício de seu genitor e utilizou o valor desviado para a aquisição de um telefone celular para si. O cartão e a senha haviam sido fornecidos pelo próprio Antunes para facilitar a retirada dos proventos.

Considerando essa situação hipotética e o disposto na Lei nº 10.741/2003, assinale a opção correta.

- A) É vedada a adoção de medidas despenalizadoras previstas na Lei dos Juizados Especiais ao autor do delito nessa situação, embora a pena máxima privativa de liberdade prevista para a conduta não ultrapasse 4 anos.
- B) Nestor é isento de pena, conforme expressa previsão do Código Penal, uma vez que o delito foi praticado em prejuízo de um ascendente.
- C) A apuração dos fatos depende de representação de Antunes, dado o parentesco entre ele e Nestor.
- D) Nestor responderá pela conduta de reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida.
- E) Como Antunes não havia completado 65 anos de idade na data do fato, não se aplicam as disposições do Estatuto do Idoso na situação apresentada.

54) Nos termos da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), é correto afirmar que

- A) o crime de Omissão de Cautela é considerado doloso e apenado com detenção.
- B) todos os crimes tipificados na referida legislação são apenados com reclusão.
- C) o crime de disparo de arma de fogo é apenado com detenção.
- D) o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido é considerado hediondo.
- E) a referida legislação contempla diversos crimes dolosos e culposos.

55) Segundo as disposições da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), caracterizada a situação de violência física contra a mulher e comprovado grave risco à sua vida, o agressor será afastado do lar, domicílio ou local de convivência por determinação

- A) da autoridade judicial, com exclusividade.
- B) da autoridade judicial ou do promotor de justiça, com exclusividade.
- C) do policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- D) do delegado de polícia, quando o município for sede de comarca.

56) Nos termos da Lei nº 12.037/2009 (Identificação Criminal do Civilmente Identificado), é correto afirmar que:

- A) as cópias dos documentos apresentados deverão ser juntadas aos autos do inquérito, ou outra forma de investigação, exceto se consideradas insuficientes para identificar o indiciado.
- B) é vedado mencionar a identificação criminal do indiciado em atestados de antecedentes ou em

informações não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

C) apresentado o documento de identificação, é vedada a identificação criminal alicerçada na situação de estado de conservação ou a distância temporal.

D) apresentado o documento de identificação, é vedada a identificação criminal alicerçada na situação de constar dos registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações.

E) a identificação criminal incluirá o processo datiloscópico e o fotográfico, que serão juntados aos autos da comunicação da prisão em flagrante ou do inquérito policial, sendo vedada a juntada a outra forma de investigação.

Legislação Estadual

57) Considerando as normas estabelecidas pela Constituição do Estado do Piauí para a posse e a sucessão nos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, assinale a alternativa correta:

A) Prefeito e Vice-Prefeito não precisam declarar seus bens nem as entidades jurídicas de que são diretores no ato de posse.

B) Prefeito e Vice-Prefeito tomam posse perante o Governador do Estado, não havendo prazo limite para essa posse.

C) O Vice-Prefeito não possui papel na sucessão ou substituição do Prefeito em caso de impedimento ou vacância.

D) Se ocorrer impedimento ou vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal assumirá o Poder Executivo Municipal.

E) Nos noventa dias anteriores à posse dos eleitos, é permitida a realização de operações que resultem no endividamento do Município e o reajuste de salários do funcionalismo público municipal.

58) Considerando as normativas da Lei Complementar nº 13, de 1994, do Estado do Piauí, sobre estabilidade, promoção, readaptação e reversão de servidores, assinale a alternativa correta:

A) O servidor aprovado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquire estabilidade após um ano de efetivo exercício.

B) A promoção do servidor não obedece a critérios de merecimento ou antiguidade, sendo realizada aleatoriamente dentro da carreira.

C) A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades incompatíveis com sua capacidade física ou mental.

D) A reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, desde que a junta médica oficial declare insubsistentes os motivos da aposentadoria, ou no interesse da administração sob certas condições.

E) Um servidor no estágio probatório pode ser promovido a qualquer momento, sem a necessidade de concluir o período probatório.

59) De acordo com a Constituição do Estado do Piauí, no que diz respeito à segurança pública, assinale a afirmativa correta:

A) A segurança pública é exercida exclusivamente pela Polícia Civil, sem a participação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

B) Os Municípios são proibidos de constituir guardas municipais, sendo esta uma responsabilidade exclusiva do Estado.

C) A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são órgãos responsáveis pela segurança pública, subordinando-se diretamente ao Secretário de Estado da Segurança Pública.

D) A Polícia Civil é dirigida por um delegado de polícia de carreira e tem, entre suas atribuições, a execução das funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

E) O ingresso na Polícia Civil do Estado do Piauí é feito exclusivamente por nomeação direta, sem a necessidade de concurso público de provas e títulos.

60) Considerando as disposições da Lei Complementar nº 13, de 1994, do Estado do Piauí, sobre a reversão, aproveitamento, reintegração, recondução e vacância de servidores, assinale a afirmativa correta:

A) Um aposentado pode reverter ao serviço público a qualquer tempo, independentemente da idade.

B) O servidor em disponibilidade será obrigatoriamente aproveitado em cargo com atribuições e vencimentos incompatíveis com o anteriormente ocupado.

C) A reintegração ocorre automaticamente e dispensa a invalidação da demissão por meio administrativo ou sentença judicial.

D) Recondução é o retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado devido à inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou à reintegração do anterior ocupante.

E) A vacância do cargo público ocorre exclusivamente por exoneração a pedido do servidor.

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

Comentários e Gabaritos

Português

01)

Mesóclise de Temer: "...se o fizer, consertá-lo-ei"

Temer entra na história pela mesóclise, assim como Itamar entrou com o fusca: "Procurarei não errar, mas, se o fizer, consertá-lo-ei".[...] Essa foi uma célebre frase dita pelo ex-presidente da República, em seu discurso, ao anunciar suas primeiras medidas econômicas.[...]

Disponível em: <http://blogdomagno.com.br/ver_post.php?id=170345&pagina=9783>. (Adaptado). Acesso em 09 de nov. 2019.

Seguindo o exemplo da fala de Michel Temer, em qual das alternativas a colocação do pronome mesoclítico se fez conforme as regras da gramática normativa?

- A) Não enviar-te-ei a mensagem.
- B) Jamais entregar-lhe-ei seu pedido.
- C) Neste momento, obedecer-me-ia se eu pedisse?
- D) Alguém entregar-me-á os pacotes com as provas?
- E) Você sabe que vencê-lo-ei em qualquer disputa.

Comentário:

Letras A/B/D/E: Uso de próclise.

Uso da Próclise
<p>A próclise é utilizada, obrigatoriamente, no caso de:</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Orações ou palavras Negativas: Não, ninguém, nunca, nunca mais. Ex.: Nunca mais o irei acompanhar.➤ Pronomes relativos, indefinidos ou demonstrativos: que, quem, outro, tudo, aquele, este. Ex.: Isso me lembra de José.➤ Orações Interrogativas: Quem, qual, que. Ex.: Quem me perguntou isso?➤ Advérbios ou Expressões Adverbiais: à noite, primeiramente, ontem, depois, aqui, talvez, apenas. Ex.: Ontem me dediquei.➤ Orações exclamativas ou Orações que expressem desejo ou sentimento. Ex.: Deus nos abençoe!➤ Conjunções Subordinativas. Ex.: Conforme lhe disse, hoje não irei sair.➤ Pronome entre preposição "em" e verbo no gerúndio. Ex.: Em se tratando de bola, ele sempre está por lá.➤ Formas verbais monossilábicas ou proparoxítonas. Ex.: Eu a vi quarta.
Observação
<p>Caso exista um sujeito entre uma palavra atrativa e um pronome, ocorrerá atração. Porém, caso ocorra uma intercalação, é possível a ênclise.</p> <p>Ex.: Enquanto protestos violentos se espalham pelas ruas, eu sigo acreditando.</p> <p>Ex.: Nunca, conforme José, se fizeram tantas moedas. (Fizeram-se)</p>

Letra C: Correta.

Uso da Mesóclise
<p>A mesóclise é obrigatória no caso de:</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Verbo flexionado no futuro do presente ou do pretérito iniciando oração ou após pausa marcada. Ex.: Dar-lhe-ei muito dinheiro!

Gabarito: Letra C.

02)

O palavrão

Uma palavra
palavriteira
se despalavrava
pela escada velha.

Pobre palavra!
se apalavrou
palabrincando
cada degrau.

Caiu sentada
a palazangada e
se despalabrochou
flor de pancada.

Despalavra
palabotão
ontem palavra
hoje palavrão.

Silvia Schujer. O palavrão. Poemas com sol e sons. Cerlalc Co-Edição Latino Americana. p.7.

O vocábulo apalavrou (v. 6) exemplifica o processo de derivação

- A) prefixal.
- B) sufixal.
- C) imprópria.
- D) regressiva.
- E) parassintética.

Comentário:

Prefixal	Trata-se da formação de determinada palavra com o acréscimo de um afixo antes da palavra primitiva. Ex.: Desleal; Desonesto; Incerto; Inválido.
Sufixal	Trata-se da formação de determinada palavra com o acréscimo de um afixo após a palavra primitiva. Ex.: Lealdade; Honestidade; Certeza; Validade.
Parassintética	Trata-se da formação de determinada palavra com o acréscimo de prefixo e sufixo ao mesmo tempo. A retirada de um dos afixos ou dos dois torna a palavra inexistente. Ex.: Abençoar; Entardecer; Envelhecer; Entristecer.
Regressiva	Trata-se da supressão da palavra primitiva. Ex.1: O pulo de Maria foi bonito. (Derivação Regressiva do Verbo Pular); Ex.2: O time do Flu eliminou o adversário. (Derivação Regressiva de Fluminense); Ex.3: O time do mengo venceu a partida. (Derivação Regressiva de Flamengo).
Imprópria	Trata-se da derivação de uma palavra, sendo a classe gramatical originária desta convertida em outra . Ex.: O cantar de Maria foi bonito. (Substantivo – Derivação Imprópria); João vai cantar dia 04. (Verbo).

Gabarito: Letra E.

03)

Lesão de **Stephen Curry** é pior do que esperado e **craque** está fora da temporada, diz jornalista.

Disponível em: Acesso em 07 de nov. 2019.

O mecanismo de coesão evidenciado pela segunda palavra destacada no título da notícia é a

- A) anáfora.
- B) catáfora.
- C) repetição.
- D) sinonímia
- E) hiperonímia.

Comentário:

Função Anafórica e Catafórica do Pronome

Anafórica	Catafórica
Pronome retoma o que foi mencionado antes. (Esse, Essa, Isso) Ex.: Corro no sábado. Isso é certo	O que será mencionado. (Esta, Este, Isto) Ex.: O ladrão disse isto: corre malandro.

Coesão Anafórica: ocorre quando uma palavra ou expressão faz referência a uma informação já mencionada no texto.	Ex.: " Maria comprou um livro . Ela começou a lê- lo imediatamente." (O pronome "ela" faz referência a Maria, evitando a repetição do nome.)
Coesão catafórica: ocorre quando um termo ou expressão antecipa a menção a algo que será apresentado posteriormente.	Ex.: Esta garota me deixou muito feliz. Marina ganhou o meu coração.

Gabarito: Letra A.

04) No período "Você acha que o individualismo é uma tendência crescente?", a **oração subordinada substantiva destacada exerce a função sintática de**

- A) sujeito.
- B) predicativo.
- C) objeto direto.
- D) objeto indireto.
- E) complemento nominal.

Comentário:

A oração subordinada substantiva destacada no período "Você acha que o individualismo é uma tendência crescente?" exerce a função sintática de objeto direto.

Ela é o objeto direto do verbo "achar", pois responde à pergunta que se formularia a partir desse verbo: "Você acha o quê?" A oração "que o individualismo é uma tendência crescente" completa o sentido do verbo sem a necessidade de uma preposição, característica de um objeto direto.

Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta	A oração subordinada substantiva exerce a função de Objeto Direto . Estrutura: Sujeito + Verbo + O.S.S.Objetiva Direta	Exemplo: Eu quero <u>que</u> você veja. (Eu quero isso) O. Princ. O.S.S.OBJ. DIR..
---	--	---

Gabarito: Letra C.

05) Leia a tirinha para responder à questão



Disponível em: <<http://mulher30.com.br/2007/07/tv-a-fonte-da-discordia.html>>. Acesso em 05 de nov. 2019.

Sobre a regência dos verbos **VER** e **ASSISTIR**, presentes na fala da mulher, respectivamente, no primeiro e no último quadrinho, conforme as normas gramaticais, verifica-se que

- A) ambos são transitivos diretos e não necessitam de complemento regido por preposição
- B) os dois verbos possuem o mesmo sentido, por isso, apresentam a mesma regência.
- C) o verbo ver é regido pela preposição a, logo, deveria empregar-se o acento grave em “a novela”.
- D) os dois verbos são transitivos indiretos e devem ser regidos pela preposição a.
- E) a regência do verbo ver está correta, porém, a do verbo assistir apresenta uma inadequação.

Comentário:

Assistir	<p>➤ Assistir no sentido de “observar, ver” = VTI (a)</p> <p>Ex.: Antônio assistiu ao jogo do Cruzeiro. (ser expectador)</p> <p>Ex.: No futebol, os meninos assistiram às meninas. (observaram)</p>
	<p>➤ Assistir no sentido de “compete a / cabe a” = VTI (a)</p> <p>Ex.: O poder assiste ao juiz. (pertence/cabe)</p> <p>Ex.: Assiste ao réu a punição. (pertence/cabe)</p>
	<p>➤ Assistir no sentido de “residir” = VI (em).</p> <p>Ex.: José assiste em Leblon. (Mora/Reside)</p> <p>Ex.: Maria assiste na Croácia. (Mora/Reside)</p>
	<p>➤ Assistir no sentido de “ajudar”, “auxiliar” = VTD.</p> <p>Ex.: José assiste os mais pobres. (ajuda/auxilia/apoia)</p> <p>Ex.: Maria assiste as crianças carentes. (ajuda/auxilia/apoia)</p>

Gabarito: Letra E.

06) Pela situação que a tirinha retrata, constata-se que

- A) o problema inicial entre o casal é resolvido com a compra de outra TV
- B) o casal resolve a discórdia quando vai assistir à televisão no quarto
- C) mesmo possuindo duas TVs, o casal continua discordando entre si.
- D) a programação da TV é o principal causador da discórdia entre o casal.
- E) a discórdia não é resolvida porque o homem causa o desentendimento.

Comentário:

Assistir	<p>➤ Assistir no sentido de “observar, ver” = VTI (a) Ex.: Antônio assistiu ao jogo do Cruzeiro. (ser expectador) Ex.: No futebol, os meninos assistiram às meninas. (observaram)</p>
	<p>➤ Assistir no sentido de “compete a / cabe a” = VTI (a) Ex.: O poder assiste ao juiz. (pertence/cabe) Ex.: Assiste ao réu a punição. (pertence/cabe)</p>
	<p>➤ Assistir no sentido de “residir” = VI (em). Ex.: José assiste em Leblon. (Mora/Reside) Ex.: Maria assiste na Croácia. (Mora/Reside)</p>
	<p>➤ Assistir no sentido de “ajudar”, “auxiliar” = VTD. Ex.: José assiste os mais pobres. (ajuda/auxilia/apoia) Ex.: Maria assiste as crianças carentes. (ajuda/auxilia/apoia)</p>

Gabarito: Letra E.

Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí

07) Analise as informações a seguir sobre o setor de mineração e a estrutura industrial do Piauí e escolha a opção correta:

- A) A exploração de minerais no Piauí é limitada ao níquel, com a segunda maior reserva localizada em Capitão Gervásio Oliveira, enquanto outros minerais como mármore, amianto e ferro são considerados de menor importância econômica para o estado.
- B) A presença da multinacional Vale S.A. em Capitão Gervásio Oliveira e os investimentos em pesquisa para exploração de petróleo e gás natural indicam um setor de mineração emergente no Piauí, com a indústria concentrada principalmente na construção e nos serviços industriais de utilidade pública.
- C) O Piauí, apesar de seu potencial em recursos minerais como níquel, ferro e gemas, não tem demonstrado avanços significativos na exploração mineral, mantendo sua economia fortemente dependente da agricultura e da pecuária.
- D) A indústria no Piauí, com um PIB de R\$ 5,6 bilhões, mostra uma diversificação limitada, concentrando-se em poucos setores como alimentos, bebidas e vestuário, que juntos representam a menor parte da produção industrial do estado.
- E) Com um PIB industrial significativo, o Piauí destaca-se na produção de níquel, ferro e outros minerais, além de ter uma indústria diversificada que inclui a construção, serviços industriais de utilidade pública, alimentos, bebidas e vestuário, refletindo a dinâmica econômica do estado.

Comentário:

A alternativa correta é a E. Ela acertadamente reconhece a importância do setor de mineração, incluindo a presença da segunda maior reserva de níquel, a potencial exploração de petróleo e gás, bem como a descoberta de uma grande jazida de ferro. Além disso, destaca a diversificação da indústria piauiense, que é concentrada em setores como construção, serviços industriais de utilidade pública, alimentos, bebidas e vestuário, contribuindo significativamente para o PIB industrial do estado.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas. A é falsa porque outros minerais, além do níquel, têm importância econômica, como o ferro e as gemas. B é parcialmente correta, mas não reconhece a diversidade e a importância completa do setor industrial. C desconsidera os avanços e o potencial significativo do setor de mineração. D subestima a contribuição dos principais setores industriais, que, na realidade, são responsáveis pela maior parte da produção industrial do estado.

Gabarito: Letra E.

08) Avalie as afirmações a seguir sobre o turismo em Teresina, a capital do Piauí, e assinale a opção correta:

- A) Teresina, conhecida como a "Cidade Verde", é renomada por seus atrativos litorâneos, destacando-se pelas praias urbanas e pela sua proximidade com o mar, o que contribui significativamente para o turismo local.
- B) A capital do Piauí, fundada em 1852, destaca-se por ser a primeira cidade planejada do Brasil e é conhecida como "Mesopotâmia do Nordeste" devido à sua localização entre dois grandes rios, oferecendo uma rica experiência cultural com seus antigos casarões históricos e diversificada culinária local.
- C) Apesar de ser a única capital nordestina fora do litoral, Teresina não possui atrativos turísticos significativos, sendo principalmente uma cidade de passagem para outros destinos turísticos do estado do Piauí.
- D) Os principais pontos turísticos de Teresina incluem apenas modernas infraestruturas urbanas, como a Ponte Estaiada, sem oferecer atrativos naturais ou históricos que caracterizam a herança cultural da cidade.
- E) O turismo em Teresina é limitado ao Encontro dos Rios e ao Parque Zoobotânico, não apresentando outras opções de lazer ou interesse cultural, o que restringe a experiência dos visitantes na cidade.

Comentário:

A alternativa correta é a B. Esta escolha ressalta corretamente a importância histórica e cultural de Teresina, enfatizando seu status como a primeira capital planejada do Brasil e sua alcunha de "Mesopotâmia do Nordeste" pela localização entre dois rios. A cidade é reconhecida pela sua arquitetura, espaços verdes, e atrações turísticas, como os casarões históricos, o Encontro dos Rios, o Parque Zoobotânico, entre outros, além de uma rica culinária que oferece pratos típicos regionais.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas. A é falsa porque Teresina não tem atrativos litorâneos. C é incorreta, pois Teresina possui diversos atrativos turísticos, não sendo apenas uma cidade de passagem. D e E subestimam a variedade e a riqueza dos pontos turísticos da cidade, que combinam elementos históricos, culturais e naturais.

Gabarito: Letra B.

09) Considere as informações sobre o turismo no norte do Piauí e identifique a afirmativa correta:

- A) A Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, apesar de sua vasta extensão e beleza natural, não contribui significativamente para o turismo no estado, pois suas 90 ilhas são predominantemente inacessíveis e desprovidas de atrativos naturais.
- B) O litoral piauiense, conhecido por ser o menor do Brasil, não oferece atividades turísticas relevantes, focando exclusivamente na pesca comercial, sem praias ou oportunidades de lazer para visitantes e turistas.
- C) No norte do Piauí, o turismo é intensificado pela presença do Delta do Rio Parnaíba, que desemboca no Atlântico formando um delta com cerca de 90 ilhas, atraindo turistas interessados em ecoturismo, aventura e esportes aquáticos como o kitesurf.
- D) As praias do Piauí, embora extensas e ensolaradas, são pouco conhecidas e raramente visitadas por turistas, principalmente devido à falta de infraestrutura turística e à inexistência de atividades de lazer organizadas na região.
- E) Parnaíba e Luís Correia, embora sejam municípios litorâneos importantes, não contribuem para o turismo do estado, pois seus atrativos naturais, como dunas de areia branca e lagoas de água doce, não são valorizados nem promovidos para visitantes.

Comentário:

A alternativa correta é a C. Ela destaca de forma acertada o impacto positivo do Delta do Rio Parnaíba no turismo do norte do Piauí, enfatizando sua singularidade geográfica e atração turística. A região é famosa por suas características naturais únicas, como o grandioso delta, praias ensolaradas com dunas de areia branca e lagoas de água doce, além de ser um ponto de interesse para esportistas que praticam kitesurf e outros esportes aquáticos devido aos fortes ventos.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas. A é falsa porque a APA Delta do Parnaíba é uma área de significativa importância ecológica e turística. B nega injustamente a relevância turística das praias do Piauí, que são reconhecidas por sua beleza e potencial para atividades recreativas. D subestima a popularidade e a infraestrutura turística das praias do Piauí. E não reconhece o valor turístico dos municípios de Parnaíba e Luís Correia, que são, de fato, centros importantes para o turismo na região.

Gabarito: Letra C.

10) Considerando os atrativos turísticos descritos nas diversas regiões do Piauí, identifique a opção correta:

- A) O Parque Ecológico da Cachoeira do Urubu, apelidado de "Cataratas do Iguazu piauienses", é a única atração turística da região centro-norte, destacando-se pela ausência de outras atividades culturais ou naturais significativas na área.
- B) O Festival de Inverno de Pedro II, conhecido pela sua atmosfera semelhante à da Suíça e pela exploração de opalas, limita-se a apresentações locais de música, sem atrair artistas de renome nacional ou internacional, ou oferecer outras formas de entretenimento cultural.
- C) Nos parques nacionais do sul do Piauí, como a Serra da Capivara e Sete Cidades, a principal atração são os sítios arqueológicos, com destaque para o Parque Nacional Serra da Capivara, reconhecido por seus vestígios pré-históricos e o Museu do Homem Americano, atraindo turistas globais interessados em história antiga e arqueologia.
- D) O cânion do rio Poti e o mirante do Gritador em Pedro II são pouco conhecidos e raramente visitados, apesar de sua beleza natural, devido à falta de divulgação e ao difícil acesso, o que os torna atrativos turísticos irrelevantes no contexto do turismo do Piauí.
- E) O Parque Nacional da Serra das Confusões, apesar de seu significativo potencial turístico, é amplamente acessível ao público, sendo uma das principais opções de ecoturismo no estado, sem restrições de visitação ou limitações de acesso.

Comentário:

A alternativa correta é a C. Essa opção destaca corretamente a importância dos parques nacionais no sul do Piauí, em particular o Parque Nacional Serra da Capivara, famoso por seus sítios arqueológicos e o Museu do Homem Americano. Esses parques são reconhecidos por sua contribuição significativa ao turismo, oferecendo uma visão única sobre a pré-história e atraem visitantes de todo o mundo, fascinados pela beleza e pelo valor histórico da região.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas. A desconsidera a variedade de atrações na região centro-norte. B subestima o alcance e a variedade do Festival de Inverno de Pedro II, que é um evento cultural significativo, atraindo artistas conhecidos e oferecendo uma rica experiência cultural. D não reconhece a popularidade do

cânion do rio Poti e do mirante do Gritador, que são, de fato, bem conhecidos e valorizados. E é falsa, pois o Parque Nacional da Serra das Confusões ainda não está aberto para visitas, o que contradiz a afirmação de ser uma das principais opções de ecoturismo acessível.

Gabarito: Letra C.

11) Analise as informações sobre a matriz energética do Piauí e selecione a afirmativa correta:

- A) A Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, apesar de sua relevância, é a única fonte de energia no Piauí, com o estado não investindo em outras formas de energia renovável como a solar ou a eólica, mantendo um perfil energético tradicional.
- B) O estado do Piauí, embora possua um potencial significativo para a geração de energia eólica, não tem desenvolvido essa capacidade, concentrando-se exclusivamente na energia hidrelétrica e solar para atender às suas necessidades energéticas.
- C) Em 2018, o Piauí destacou-se como o 3º maior produtor de energia eólica do Brasil, com a energia eólica sendo a principal fonte de sua matriz energética, evidenciando um investimento significativo em parques eólicos como Delta 1 e 2, Pedra do Sal, entre outros.
- D) O Parque Solar Nova Olinda é o único projeto de energia renovável no Piauí, com o estado mostrando pouco interesse ou investimento nas potencialidades da energia eólica, apesar das condições favoráveis apresentadas.
- E) A matriz energética do Piauí é marcada pela predominância da energia hidrelétrica, com outras formas de energia renovável, como a eólica e a solar, tendo uma participação insignificante e não contribuindo de forma relevante para a capacidade instalada total do estado.

Comentário:

A alternativa correta é a C. Esta opção corretamente enfatiza o papel significativo da energia eólica na matriz energética do Piauí, destacando o estado como o 3º maior produtor dessa modalidade no Brasil em 2018. A referência a parques eólicos específicos, como Delta 1 e 2, Pedra do Sal, Araripe I, II e III, e Chapada do Piauí, ressalta o investimento e o desenvolvimento tecnológico nesse setor, indicando a energia eólica como uma fonte energética primária no estado.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas. A ignora a diversificação da matriz energética do estado, que inclui hidrelétrica, solar e eólica. B subestima o desenvolvimento da energia eólica no estado, que é de fato um líder nessa área. D minimiza o investimento do estado em energia eólica, que é uma parte significativa de sua matriz energética. E não reconhece o importante papel da energia eólica e solar na composição energética do estado, dando uma impressão errada de que a hidrelétrica domina exclusivamente.

Gabarito: Letra C.

12) Considere as características culturais e gastronômicas do Piauí e escolha a alternativa correta:

- A) No Piauí, a diversidade cultural é limitada às festividades juninas, com o São João sendo a única manifestação cultural relevante, enquanto outras formas de expressão cultural, como Bumba-Meu-Boi ou Reisado, são praticamente inexistentes.
- B) A culinária do Piauí é notável por sua simplicidade e falta de variedade, concentrando-se majoritariamente em pratos baseados em carne bovina, sem grande uso de temperos locais ou pratos tradicionais que destacam a identidade gastronômica do estado.
- C) As manifestações culturais no Piauí, como Bumba-Meu-Boi, Cavalo Piancó, e Reisado, refletem a riqueza do patrimônio cultural do estado, que é complementado por uma culinária distintiva, rica em temperos locais e pratos únicos como a galinha à cabidela e a cajuína.
- D) Apesar da sua rica história cultural, o Piauí tem uma culinária que é amplamente influenciada por pratos internacionais, com pouca presença de elementos tradicionais ou pratos que refletem o patrimônio gastronômico local.
- E) No Piauí, a cultura e a gastronomia são marcadas pela influência exclusiva das tradições portuguesas, sem qualquer adaptação ou incorporação de elementos locais, resultando em uma homogeneidade cultural em todo o estado.

Comentário:

A alternativa correta é a C. Esta escolha destaca adequadamente a diversidade cultural do Piauí, representada por uma variedade de manifestações tradicionais como Bumba-Meu-Boi, Cavalo Piancó, e Reisado, além de enfatizar a rica culinária local. Os pratos mencionados, como a galinha à cabidela e a cajuína, ilustram a singularidade da gastronomia piauiense, que valoriza temperos locais e ingredientes regionais, refletindo a identidade cultural do estado.

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

As alternativas A, B, D e E estão incorretas. A minimiza a diversidade cultural do estado, que é rico em várias manifestações culturais além do São João. B não reconhece a complexidade e a riqueza da culinária piauiense, que é conhecida por sua variedade e uso intensivo de temperos locais. D sugere erroneamente que a culinária do estado é dominada por influências internacionais, ignorando a forte presença de pratos tradicionais. E erra ao afirmar que a cultura e a gastronomia locais são meras extensões das tradições portuguesas, desconsiderando a adaptação e a incorporação de elementos locais distintos.

Gabarito: Letra C.

Noções de Administração

13) Leia o texto a seguir.

Compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar os resultados, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

PETERS apud LEVI-FAUR, 2012. Disponível em <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/3089/2325/12787>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

O texto acima refere-se ao conceito de

- A) governança pública.
- B) accountability.
- C) administração.
- D) transparência pública.

Comentário:

O que significa Governança?

- A governança se refere ao modo como o governo **manifesta sua autoridade** e, também, ao método pelo qual os **recursos estatais** são administrados por esse mesmo governo. Envolve a habilidade do governo em **desenvolver e implementar** políticas públicas.



Gabarito: Letra A.

14) A elaboração do orçamento público brasileiro se pauta no uso determinante de três instrumentos fundamentais que se relacionam com essa finalidade: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Com relação à LDO, é correto afirmar que

- A) orienta a elaboração do PPA.
- B) dispõe sobre a vigência e os prazos do exercício financeiro.
- C) contém a reserva de contingências.
- D) compreende as metas e prioridades da Administração Pública.
- E) estabelece, de forma regionalizada, os objetivos e metas para os programas de duração continuada.

Comentário:

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	<ul style="list-style-type: none">➤ Criada pela CF/88;➤ É o elo entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual;➤ A lei de diretrizes orçamentárias é o instrumento que regula a elaboração da lei orçamentária anual;➤ Compreende as prioridades e metas que devem ser colocadas em prática no exercício financeiro seguinte pela LOA;
--	---

	<ul style="list-style-type: none">➤ Planejamento Tático; ➤ Funções da LDO:<ul style="list-style-type: none">✓ Estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública;✓ Orientar a elaboração da LOA;✓ Dispor sobre as alterações na legislação tributária;✓ Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;✓ Dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas;✓ Ter o anexo de metas fiscais e o de riscos fiscais. ➤ As emendas ao projeto de LDO não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o PPA. ➤ A vigência da LDO ultrapassa o exercício financeiro, iniciando em um ano e finalizando no ano subsequente; ➤ Prazos da LDO:<ul style="list-style-type: none">✓ Envio do Executivo ao Legislativo: Até 8 meses e meio antes de finalizar o exercício financeiro; (Até 15 de abril) ✓ Aprovação e devolução ao Executivo: Até o encerramento do 1º Período Legislativo (Até 17 de julho) ➤ CF. Art. 57. § 2º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
--	--

Gabarito: Letra D.

15) O que motiva Melissa Hurt, uma executiva financeira regional da empresa de software FormScape? Sua primeira resposta — "é o dinheiro" — corrobora aquilo que a maioria de nós acredita ser a motivação básica no trabalho. Mas depois de pensar um pouco melhor, Melissa percebe claramente que não se trata apenas de dinheiro. A flexibilidade, por exemplo, é muito importante para ela. Na realidade, esta é uma das razões pelas quais ela escolheu a área de vendas. "Trabalhar com vendas me dá a oportunidade de jogar golfe, de ir à academia e de sair para almoçar com meus amigos. É como gerenciar seu próprio negócio — você é um empreendedor. Há metas para atingir e, quando isto é feito, você pode tirar um tempo de folga que não vai prejudicar ninguém".

ROBBINS, S. P. Comportamento Organizacional. São Paulo, Pearson Prentice Hall. 2009.

Tendo por base essa discussão, avalie as seguintes afirmações:

I - Embora as recompensas financeiras possam ser motivadoras para algumas pessoas, existem também outros fatores, como reconhecimento, oportunidades de crescimento, sentido de propósito e satisfação intrínseca, que desempenham um papel importante na motivação humana.

II - A motivação pode variar ao longo do tempo e em diferentes situações. Fatores internos e externos podem influenciar a motivação de uma pessoa, e ela pode aumentar ou diminuir com base nas circunstâncias e nos estímulos presentes.

III - A motivação parte também da forma de tratamento do gestor. Dessa forma, é preciso tratar todos igualmente, oferecendo os mesmos benefícios e recompensas.

IV - Todas as pessoas são motivadas quando se tem um ambiente de trabalho desafiador e instigante.

Assinale a alternativa que apresenta **APENAS** as afirmações **CORRETAS**:

A) I e II.

- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I e III.
- E) II e IV.

Comentário:

Para avaliar as afirmações com base na discussão sobre motivação, vamos considerar os princípios gerais de motivação no contexto organizacional:

I - Correta. Esta afirmação está alinhada com a teoria amplamente aceita na psicologia organizacional, que reconhece que, além das recompensas financeiras, outros fatores como reconhecimento, oportunidades de crescimento, sentido de propósito e satisfação intrínseca são cruciais para a motivação humana. A situação de Melissa ilustra isso bem, pois, além do dinheiro, aspectos como flexibilidade e autonomia são importantes para ela.

II - Correta. A motivação é de fato um fenômeno dinâmico que pode variar significativamente ao longo do tempo e em diferentes contextos. Ela é influenciada por uma combinação de fatores internos (como interesses pessoais, valores, necessidades) e externos (como o ambiente de trabalho, cultura organizacional, políticas de recompensas).

III - Incorreta. Tratar todos igualmente e oferecer os mesmos benefícios e recompensas pode parecer justo, mas pode não ser eficaz para a motivação. As pessoas são motivadas por diferentes fatores; portanto, a abordagem de um tamanho único pode não atender às necessidades individuais de motivação. Um gestor eficaz deve reconhecer as diferenças individuais e adaptar o estilo de liderança e as recompensas para atender às diversas necessidades motivacionais dos funcionários.

IV - Incorreta. Enquanto um ambiente de trabalho desafiador e instigante pode ser motivador para algumas pessoas, isso não se aplica universalmente. Algumas pessoas podem encontrar motivação em um ambiente de trabalho estável e previsível, dependendo de suas necessidades individuais, personalidade e fase de vida.

Portanto, as afirmações corretas são I e II, que reconhecem a complexidade e a natureza multifacetada da motivação. Isso torna a alternativa A ("I e II") a resposta correta.

Gabarito: Letra A.

16) Avalie as seguintes afirmações, considerando o texto acima:

I - Pode-se afirmar que um exemplo de ponto forte é o aumento no número de organizações públicas que adotam práticas sustentáveis.

II - Pode-se afirmar que um exemplo de ponto fraco é a punição mais pesada a quem maltrata animais.

III - Pode-se afirmar que um exemplo de ponto forte é a reputação da organização junto à sociedade.

IV - Pode-se afirmar que um exemplo de ponto fraco é a baixa capacidade técnica dos funcionários.

Assinale a alternativa que apresenta APENAS as afirmações CORRETAS.

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I e IV.
- E) I e III.

Comentário:

Para avaliar as afirmações com base no conceito da Análise SWOT, é essencial compreender a natureza dos pontos fortes (Strengths) e fracos (Weaknesses) como partes internas da organização. Vamos analisar cada afirmação individualmente:

I - Incorreta. O aumento no número de organizações públicas que adotam práticas sustentáveis não é um exemplo de ponto forte de uma organização específica. Em vez disso, trata-se de uma tendência ou movimento no ambiente externo, o que poderia ser considerado uma oportunidade se a organização em questão puder alinhar-se ou se beneficiar dessa tendência.

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

II - Incorreta. A punição mais pesada a quem maltrata animais é uma questão legal e regulatória, não um ponto fraco interno de uma organização. Esse aspecto está mais relacionado às ameaças externas, especialmente se a organização tem práticas que poderiam ser afetadas por essa regulamentação.

III - Correta. A reputação da organização junto à sociedade é definitivamente um ponto forte, pois é um atributo interno que reflete a percepção positiva dos stakeholders e pode proporcionar vantagens competitivas.

IV - Correta. A baixa capacidade técnica dos funcionários é um exemplo clássico de ponto fraco, pois é uma limitação interna que pode impedir a organização de atingir seus objetivos de forma eficaz.

Portanto, as afirmações corretas são III e IV, que se referem a aspectos internos da organização que podem ser classificados como pontos fortes e fracos, respectivamente. Isso faz da alternativa C ("III e IV") a resposta correta.

Gabarito: Letra C.

Noções de Informática

17) Os computadores de mesa básicos são geralmente compostos por gabinete, teclado, mouse e monitor. Dentro do gabinete, diversos componentes independentes trabalham em conjunto para funcionamento do mesmo, tais como a CPU e as memórias. As memórias são dispositivos de armazenamento de dados temporário ou permanente, podendo ser classificadas em primárias ou secundárias.

TANENBAUM, Andrew S.; AUSTIN, Todd. Organização estruturada de computadores. Tradução D. Vieira. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013. p. 605.

Com relação a essas memórias existentes no computador, qual das alternativas é considerada uma memória secundária?

- A) RAM.
- B) ROM.
- C) Registradores.
- D) SSD.
- E) CACHE.

Comentário:

A memória secundária refere-se a dispositivos de armazenamento não volátil que mantêm os dados mesmo quando o computador está desligado. A alternativa que representa um tipo de memória secundária é:

D) SSD.

O SSD, ou Solid-State Drive, é um tipo de armazenamento secundário usado em computadores para armazenar dados de forma permanente, funcionando como uma alternativa mais rápida e robusta ao disco rígido tradicional (HDD).

Gabarito: Letra D.

18) Os atalhos de teclado são teclas ou combinações de teclas que oferecem uma forma alternativa de fazer algo que normalmente faria com um rato (mouse).

Sobre os atalhos de teclado do Windows 10, assinale a opção que apresenta o atalho para abrir o explorador de arquivos:

- A) Tecla do logotipo do Windows + seta pra cima
- B) Tecla do logotipo do Windows + D
- C) Tecla Alt + Tab
- D) Tecla do logotipo do Windows + E
- E) Tecla do logotipo do Windows + L

Comentário:

A → Tecla do logotipo do Windows + seta pra cima - Maximizar a janela.

B → Tecla do logotipo do Windows + D - Mostrar e ocultar a área de trabalho.

C → Tecla Alt + Tab - alternar janelas

D → Tecla do logotipo do Windows + Explorador de arquivo

E → Tecla do logotipo do Windows + L - bloquear a tela

Gabarito: Letra D.

19) Com relação aos conceitos sobre Intranet, Internet e os protocolos envolvidos nessas tecnologias, assinale a única alternativa INCORRETA.

- A) O protocolo FTP permite realizar transferência de arquivos entre diferentes computadores.
- B) HTTPS é um protocolo de comunicação seguro, utilizado para entregar mensagens de correio eletrônico na Internet.
- C) A Intranet é uma rede de computadores privada dentro de uma organização.
- D) O padrão TCP/IP é um conjunto de protocolos de comunicação utilizados na Internet.

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

E) O protocolo IP é responsável por endereçar e encaminhar pacotes que trafegam pela rede mundial de computadores.

Comentário:

A alternativa incorreta entre as opções fornecidas é:

B) HTTPS é um protocolo de comunicação seguro, utilizado para entregar mensagens de correio eletrônico na Internet.

Esta afirmação é incorreta porque o HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure) é uma extensão do HTTP (Hypertext Transfer Protocol) que é utilizada para uma comunicação segura em uma rede de computadores, amplamente usada na Internet, especialmente para transações seguras como em bancos online e comércio eletrônico. O protocolo usado para entregar mensagens de correio eletrônico de forma segura geralmente é o SMTP (Simple Mail Transfer Protocol) com extensões para segurança, como SMTPS ou utilizando o TLS (Transport Layer Security).

Gabarito: Letra B.

20) Tem-se a seguinte planilha criada no Microsoft Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A	B	C	D
1	9	5	8	3
2	8	9	9	0
3	8	7	5	2
4	8	4	6	1

Assinale a alternativa com os resultados das seguintes fórmulas, a serem aplicadas nas células A5, A6 e A7, respectivamente. =CONT.VALORES(A1:D4) =CONT.NÚM(A1:D4) =CONTAR.VAZIO(A1:D4)

- A) 15, 15, 0
- B) 15, 15, 1
- C) 15, 16, 1
- D) 16, 16, 0
- E) 16, 16, 1

Comentário:

CONT.NUM	Conta quantos números estão na lista de argumentos.
CONT.VALORES	Conta quantos valores estão na lista de argumentos.
CONTAR.VAZIO	Apresenta o número de células que estão vazias.

A fórmula $\text{CONT.NUM}(A1:D4) = 16$, pois em todas as células selecionadas contêm números.

A fórmula $\text{CONT.VALORES}(A1:D4) = 16$, pois todas as células possuem conteúdo dentro delas.

A fórmula $\text{CONTAR.VAZIO}(A1:D4) = 0$, pois não há nenhuma das células selecionadas sem conteúdo.

	A	B	C	D	E	F
1	9	5	8	3		
2	8	9	9	0		
3	8	7	5	2		
4	8	4	6	1		
5						
6					CONT.VALORES(A1:D4)	16
7					CONT.NUM(A1:D4)	16
8					CONTAR.VAZIO(A1:D4)	0

Gabarito: Letra D.

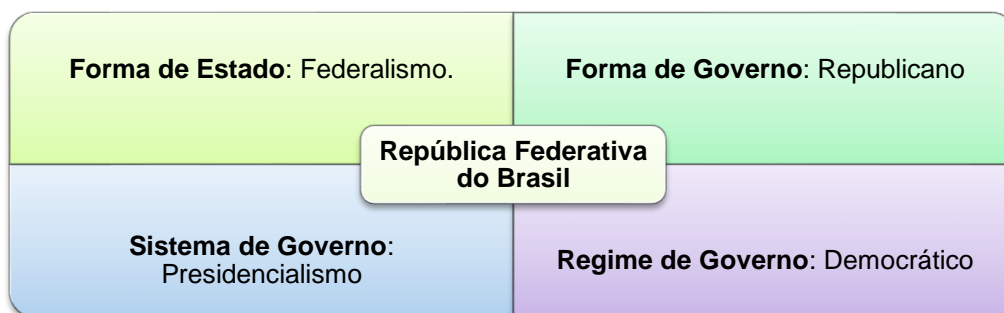
Direito Constitucional

21) Acerca da forma e sistema de governo, chefia de estado e chefia de governo, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Atualmente, o Brasil adota a República como sistema de governo.
B) No Parlamentarismo, as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo não são exercidas por uma única pessoa.
C) No Presidencialismo, as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo encontram-se nas mãos de uma única pessoa, qual seja, o Presidente da República; esta forma de governo é a prevista na Constituição Brasileira.
D) O Brasil é uma República Presidencialista, e seus governantes são eleitos indiretamente pelo povo.
E) A Monarquia é uma forma de governo em que há uma participação direta do povo na escolha dos governantes.

Comentário:

Letra A: Errada.



Letra B: Correta.

Letra C: Errada.

O presidencialismo é um SISTEMA DE GOVERNO.

Letra D: Errada.

CF. Art. 1º Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de **representantes eleitos (Indireta)** ou **diretamente**, nos termos desta Constituição.

Letra E: Errada.

A Monarquia é uma forma de governo na qual a chefia do estado é hereditária, geralmente dentro de uma única família ao longo de várias gerações. A participação direta do povo na escolha dos governantes é uma característica de repúblicas democráticas, onde há eleições para determinar os líderes.

Gabarito: Letra B.

22) Certa pessoa premeditou o assassinato de outra por motivo de dívida de dinheiro, tendo causado sua morte. O crime foi cometido à vista de autoridades policiais, que conduziram o ofensor perante o Delegado de Polícia para que fosse preso. Considerando o disposto na Constituição Federal, nesse caso a prisão do ofensor

- A) é admitida, uma vez que o crime foi praticado em flagrante delito, devendo o acusado ser julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado, competente para o julgamento dos crimes dolosos.
B) é admitida, uma vez que o crime foi praticado em flagrante delito, devendo o acusado ser julgado pelo Tribunal do Júri, sendo-lhe assegurado o direito à plenitude de defesa.
C) não é admitida, uma vez que o acusado somente poderá ser considerado culpado após sentença penal transitada em julgado proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado.
D) não é admitida, uma vez que o acusado somente poderá ser considerado culpado após sentença penal transitada em julgado proferida pelo Tribunal do Júri.
E) não é admitida, uma vez que a prisão é permitida apenas por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária, devendo o acusado ser julgado pelo Tribunal do Júri.

Comentário:

CF/88. Art.5. LXI. Ninguém será preso **senão em flagrante delito** ou por **ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente**, salvo nos casos de **transgressão militar** ou **crime propriamente militar**, definidos em lei;

CF/88. Art.5. XXXVIII - é reconhecida a **instituição do júri**, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) **a plenitude de defesa;**
- b) o **sigilo das votações;**
- c) a **soberania dos veredictos;**
- d) a competência para o julgamento dos crimes **dolosos** contra a vida;

Gabarito: Letra B.

23) Marque a alternativa CORRETA. Compete ao Estado do Piauí concorrentemente com a União, legislar sobre:

- A) Direito civil, financeiro, transporte público, econômico e urbanístico.
- B) Orçamento, financeiro, penitenciário, econômico e comercial.
- C) Direito financeiro, tributário, penitenciário, econômico e urbanístico.
- D) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e penal.
- E) Direito tributário, comercial, penitenciário, eleitoral e urbanístico.

Comentário:

CF. Art. 24. Compete à **União**, aos **Estados** e ao **Distrito Federal** legislar **concorrentemente** sobre:

- I - direito **tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;** (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- II - **orçamento;**

**Competência
concorrente (U/E/DF)
PUFETO**

- * Direito **Penitenciário;**
 - * Direito **Urbanístico;**
 - * Direito **Financeiro;**
 - * Direito **Econômico;**
 - * Direito **Tributário;**
 - * **Orçamento.**
-

**Compete
privativamente à
União legislar
CAPACETE DE PM**

- * Direito **Civil;**
 - * Direito **Agrário;**
 - * Direito **Penal;**
 - * Direito **Aeronáutico;**
 - * Direito **Comercial;**
 - * Direito **Eleitoral;**
 - * Direito do **Trabalho;**
 - * Direito **Especial;**
 - * **Desapropriação;**
 - * Direito **Processual;**
 - * Direito **Marítimo.**
-

Gabarito: Letra C.

24) Marque a alternativa que se refere à competência do Conselho Nacional de Justiça:

Q2

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

- A) julgar a ação judicial em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;
- B) o julgamento de ministros do Supremo Tribunal Federal que cometam crime de responsabilidade;
- C) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;
- D) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de 1 (um) ano;
- E) a elaboração do regimento interno dos tribunais estaduais.
-

Comentário:

Letra A: Errada.

CF. Art. 102. Compete ao **Supremo Tribunal Federal**, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, **originariamente**:

n) a **ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados**, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

Letra B: Errada.

CF. Art. 52. Compete **privativamente ao Senado Federal**:

II processar e julgar os **Ministros do Supremo Tribunal Federal**, os membros do **Conselho Nacional de Justiça** e do **Conselho Nacional do Ministério Público**, o **Procurador-Geral da República** e o **Advogado-Geral da União** nos **crimes de responsabilidade**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Letra C: Errada.

CF. Art. 105. Compete ao **Superior Tribunal de Justiça**:

I - processar e julgar, **originariamente**:

g) os **conflitos de atribuições** entre **autoridades administrativas e judiciárias da União**, ou entre autoridades judiciárias de um **Estado** e **administrativas de outro ou do Distrito Federal**, ou entre as deste e da União;

Letra D: Correta.

CF. Art. 103-B. § 4º Compete ao Conselho o **controle da atuação administrativa e financeira** do Poder Judiciário e do **cumprimento dos deveres funcionais dos juízes**, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

V rever, de **ofício ou mediante provocação**, os processos **disciplinares** de juízes e membros de tribunais julgados há **menos de um ano**;

Letra E: Errada.

CF. Art. 96. Compete **privativamente**:

I - aos **tribunais**:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

Gabarito: Letra D.

25) O Ministério Público está situado no capítulo das Funções Essenciais à Justiça na Constituição de 1988. Marque a alternativa que NÃO se encontra entre as vedações constitucionalmente designadas aos seus membros:

- A) exercer a advocacia;
- B) participar de sociedade comercial, na forma da lei;
- C) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
- D) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, sem qualquer exceção;
- E) exercer atividade político-partidária.

Comentário:

CF. Art. 128. § 5º **Leis complementares da União e dos Estados**, cuja iniciativa é **facultada** aos respectivos **Procuradores-Gerais**, estabelecerão a **organização, as atribuições** e o **estatuto de cada Ministério Público**, observadas, relativamente a seus membros:

II - as seguintes **vedações**:

- a) **receber**, a qualquer título e sob qualquer pretexto, **honorários, percentagens ou custas processuais**;
- b) **exercer a advocacia**; (Não podem exercer em hipótese alguma estando no cargo)

Atenção!
<ul style="list-style-type: none">➤ O membro do MP que se afastar deve respeitar a quarentena de saída (não pode atuar junto ao tribunal que oficiava durante 03 anos após a saída), mas poderá atuar em qualquer outro tribunal;➤ Os membros do MP que optaram pelo regime anterior do MP antes da CF/88, podem exercer a advocacia.➤ A CF veda aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, expressamente, o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, no entanto, não veda a Advocacia Pública.

- c) **participar de sociedade comercial**, na forma da lei;
- d) **exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério**;
- e) **exercer atividade político-partidária**;

Gabarito: Letra D.

26) Será compatível com a disciplina dos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal a

- A) obtenção de certidões em repartições públicas, mediante o pagamento de taxas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- B) determinação, pela autoridade policial competente, da interceptação de comunicações telefônicas, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- C) utilização, pela autoridade competente, de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior, se houver dano.
- D) imprescritibilidade dos crimes decorrentes da prática de racismo, do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado democrático.
- E) entrada na casa do indivíduo, independentemente de consentimento do morador, a qualquer hora, para cumprimento de determinação judicial.

Comentário:

Letra A: Errada.

Não confundir	
CF/88. Art. 5. XXXIV. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas :	CF/88. Art. 5. LXXVI. São gratuitos para os reconhecidamente pobres , na forma da lei:
a) O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;	a) O registro civil de nascimento ;
	b) A certidão de óbito ;

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

b) A obtenção de certidões em repartições públicas , para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ;	CF/88. Art. 5. LXXIV. O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos ;
---	--

Letra B: Errada.

CF/88. Art. 5. XII. É **inviolável** o sigilo da **correspondência** e das **comunicações telegráficas**, de **dados** e das **comunicações telefônicas**, salvo, no **último caso**, por **ordem judicial**, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de **investigação criminal** ou **instrução processual penal** (**Norma de eficácia Contida**);

Letra C: Correta.

CF/88. Art. 5. XXV. No caso de **iminente perigo público**, a autoridade competente poderá usar de **propriedade particular**, assegurada ao proprietário **indenização** ulterior, **se houver dano**;

Letra D: Errada.

Crimes	
Inafiançável e Imprescritível	Inafiançável e Insuscetível
Racismo e Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.	Tortura, Tráfico de Drogas, Terrorismo; Hediondo.
Raço é inafiançável e imprescritível	3TH é inafiançável e insuscetível

STF/HC 154.248/DF
O STF firmou o entendimento que o crime de injúria racial se equipara ao racismo, sendo assim considerado imprescritível , podendo ocorrer sua punição a qualquer tempo.
Crimes Imprescritíveis: Racismo, Ação de grupos armados e Injúria Racial.

CF/88. Art. 5. XLII. A **prática** do **racismo** constitui **crime inafiançável** e **imprescritível**, sujeito à pena de **reclusão**, nos termos da lei;

CF/88. Art. 5. XLIV. Constitui crime **inafiançável** e **imprescritível** a **ação** de **grupos armados, civis** ou **militares**, **contra a ordem constitucional** e o **Estado Democrático**;

CF/88. Art. 5. XLIII. A lei considerará **crimes inafiançáveis** e **insuscetíveis** de **graça** ou anistia a prática da **tortura**, o **tráfico** ilícito de entorpecentes e **drogas** afins, o **terrorismo** e os definidos como **crimes hediondos**, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

Letra E: Errada.

CF/88. Art. 5. XI. A casa é **asilo inviolável** do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar **sem** consentimento do morador, **salvo** em caso de **flagrante delito** ou **desastre**, ou para **prestar socorro**, ou, durante o **dia**, por **determinação judicial**;

Violação de Residência	
Determinação Judicial	Flagrante Delito, Desastre ou Prestar Socorro
Durante o Dia	Qualquer horário

Gabarito: Letra C.

27) É competência do Município, conforme a Constituição Federal de 1988:

- A) legislar sobre assuntos de interesse local;
- B) exploração dos serviços de gás canalizado;
- C) instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;
- D) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social;
- E) legislar sobre normas de consumo.

Comentário:

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

Letra A: Correta.

CF. Art. 30. Compete aos **Municípios**:

I - **legislar** sobre assuntos de **interesse local**;

Letra B: Errada.

CF. Art. 25. § 2º Cabe aos **Estados** explorar **diretamente**, ou mediante **concessão**, os serviços locais de **gás canalizado**, na forma da **lei**, **vedada a edição de medida provisória** para a sua regulamentação.

Gás Canalizado

Estado explora **diretamente** ou mediante **concessão**;

Na forma da **lei**;

Vedada edição de **medida provisória**.

Dica: Gás Canalizado → Estado

Letra C: Errada.

CF. Art. 25. § 3º - Os **Estados** poderão, mediante **lei complementar**, instituir **regiões metropolitanas**, **aglomerações urbanas** e **microrregiões**, constituídas por **agrupamentos de municípios limítrofes**, para integrar a organização, o planejamento e a execução de **funções públicas de interesse comum**.

Letra D: Errada.

CF. Art. 23. É competência **comum** da **União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**:

X - **combater as causas da pobreza** e os **fatores de marginalização**, promovendo a **integração social** dos setores **desfavorecidos**;

Letra E: Errada.

CF. Art. 24. Compete à **União**, aos **Estados** e ao **Distrito Federal** legislar **concorrentemente** sobre:

V - **produção e consumo**;

Gabarito: Letra A.

28) A Constituição Federal estabelece como condição para aquisição de estabilidade pelos servidores públicos:

I. A nomeação para cargo público de provimento efetivo, em virtude de concurso público, ou para cargo público em comissão, de livre provimento e exoneração.

II. A posse no cargo há três anos.

III. A avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, e III.

B) I e III, apenas.

C) II e III, apenas.

D) III, apenas.

E) II, apenas.

Comentário:

Item I: Errado.

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

A nomeação para cargo público de provimento efetivo, em virtude de concurso público, ou para **cargo público em comissão**, de livre provimento e exoneração.

CF/88. Art. 37. II - a **investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação** prévia em **concurso público de provas ou de provas e títulos**, de acordo com a **natureza e a complexidade** do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração**;

Item II: Errado.

A **posse (exercício)** no cargo há três anos.

CF/88. Art. 41. São **estáveis após três anos** de **efetivo exercício** os servidores nomeados para **cargo de provimento efetivo** em virtude de concurso público.

Item III: Correto.

CF/88. Art. 41. § 4º Como **condição** para a **aquisição da estabilidade**, é obrigatória a **avaliação especial de desempenho** por comissão instituída para essa finalidade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Requisitos para Estabilidade	
- São requisitos para adquirir a estabilidade : * Aprovação em Concurso Público ; * Cargo deve ser de provimento efetivo ; * Três anos de efetivo exercício ; * Aprovação em avaliação especial de desempenho .	
- CF/88. Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público .	
§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo: I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado ; II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ; III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho , na forma de lei complementar , assegurada ampla defesa .	
§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável , será ele reintegrado , e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.	
§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade , o servidor estável ficará em disponibilidade , com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.	
§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.	
Avaliação Especial de Desempenho	Avaliação Periódica de Desempenho
Condição para o servidor adquirir a estabilidade	Avaliação feita após a estabilidade do servidor.
- A Exoneração do servidor público não se confunde com a demissão , sendo esta é uma punição .	
Hipóteses de Perda do Cargo Público	
- O servidor público estável poderá perder o cargo : * Em virtude de sentença judicial transitada em julgado ; * Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ; * Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho , na forma de lei complementar , assegurada ampla defesa. * Excesso de despesa com pessoal .	

Gabarito: Letra D.

Direito Penal

29) Em relação ao crime de estelionato é CORRETO afirmar que

- A) Pratica o crime quem obtém, para si ou para outrem, vantagem lícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.
- B) A pena não é majorada quando cometido contra o idoso.
- C) Pratica o delito quem subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.
- D) Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.
- E) O referido delito não é um crime contra o patrimônio.

Comentário:

Letra A: Errada.

Estelionato

CP. Art. 171 – **Obter**, para si ou para outrem, **vantagem ilícita**, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em **erro**, mediante **artifício, ardil**, ou qualquer outro meio fraudulento:

Letra B: Errada.

Estelionato contra idoso ou vulnerável

CP. Art. 171. § 4º A pena **umenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro**, se o crime é cometido contra **idoso ou vulnerável**, considerada a relevância do resultado gravoso.

Letra C: Errada.

Furto

CP. Art. 155 – **Subtrair**, para si ou para outrem, **coisa alheia móvel**:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Letra D: Correta.

Estelionato

CP. Art. 171 – **Obter**, para si ou para outrem, **vantagem ilícita**, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em **erro**, mediante **artifício, ardil**, ou qualquer outro meio fraudulento:

§ 1º - Se o criminoso é **primário**, e é de **pequeno valor o prejuízo**, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no **art. 155, § 2º**. (**Estelionato Privilegiado**).

Furto X Estelionato

- No **estelionato**, a vítima entrega o bem **voluntariamente**, pois foi enganada (**mantida em erro**) pelo autor, que utilizou de algum artifício que a fez acreditar que o bem entregue estaria seguro.
- De forma oposta, no **furto**, o indivíduo **subtrai o objeto** (que não é entregue voluntariamente pela vítima).

Furto

CP. Art. 155. § 2º - Se o criminoso é **primário**, e é de **pequeno valor a coisa furtada (até um salário mínimo)**, o juiz pode **substituir a pena de reclusão pela de detenção**, **diminuí-la de um a dois terços**, ou **aplicar somente a pena de multa**. (**Furto Privilegiado**)

Furto Privilegiado

- Para a definição de coisa de pequeno valor, é importante observar que existe uma certa **discricionariedade do magistrado** ao **analisar o caso concreto**, para que ele determine o que pode ou não ser entendido como coisa de pequeno valor para fins de configuração do parágrafo em estudo.
- Se a **coisa** tiver um **valor INSIGNIFICANTE**, ocorrerá a **aplicação** do **princípio da insignificância**, que tornará a **conduta atípica (não haverá crime)**.

Letra E: Errada.

TÍTULO II - DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.

CAPÍTULO VI - DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES.

Gabarito: Letra D.

30) Sônia deu à luz um bebê. No dia seguinte, acometida pelo estado puerperal, Sônia pretendia matar seu próprio bebê atirando-o do terraço da maternidade. Para tanto, solicitou a ajuda de sua amiga Beatriz, que vigiava para que ninguém visse a ação. Em sequência, Sônia dirigiu-se ao andar de cima. Mesmo vendo que os degraus da escada estavam molhados, caiu com o bebê no colo. Diante da queda, Sônia sofreu lesões leves, porém o bebê veio a falecer.

Nesse caso, é correto afirmar que

- A) Sônia e Beatriz devem responder criminalmente pelo delito de infanticídio em concurso de agentes.
- B) Sônia deve responder por infanticídio e Beatriz por homicídio culposo em concurso de agentes.
- C) Sônia deve responder por homicídio culposo e Beatriz por infanticídio.
- D) Sônia e Beatriz devem responder criminalmente por homicídio doloso, pois agiram mediante dolo direto.
- E) Sônia deve responder por homicídio culposo, tendo em vista sua conduta evitada de imprudência; Beatriz não deve responder por crime algum.

Comentário:

Homicídio culposo

CP/40 Art. 121 § 3º Se o homicídio é **culposo**:

Pena - **detenção**, de **um a três anos**.

Homicídio Culposo - CP/40. Art. 121. §3º

Acontece no caso de o **agente praticar** uma conduta **sem a intenção do homicídio**, no entanto acaba por **cometer o crime** por causa de **negligência, imprudência** ou **imperícia**.

Existindo **culpa do agente e culpa da vítima**, **não há que se falar em compensar as culpas**, sendo o agente responsável da mesma maneira, porém **tal circunstância beneficiará o réu quando a pena for fixada**.

Elementos do Crime Culposo

a) Conduta humana voluntária ativa (comissiva) ou omissiva.

- ✓ Há necessidade de uma conduta (ação ou omissão) culposa.

b) Inobservância de um dever objetivo de cuidado.

- ✓ O dever objetivo de cuidado é um elemento normativo de valoração jurídica. A desobediência ao dever objetivo de cuidado ocorre mediante imprudência (conduta culposa comissiva), negligência (conduta culposa omissiva) e imperícia (violação, por parte do agente, de regra técnica de profissão, arte ou ofício, da qual tem conhecimento).

c) Resultado lesivo que não fazia parte da finalidade inicial do agente.

- ✓ O resultado deve ser objetivamente previsível na culpa comum (inconsciente). Um resultado lesivo não querido, tampouco assumido pelo agente.

d) Nexa de causalidade entre conduta e resultado.

- ✓ Sobre o nexa causal, o tema é bem rico e complexo na atual fase do Direito Penal dogmático, quando a

teoria da equivalência não se mostra suficiente para solucionar todos os problemas do nexa causal.

e) Previsibilidade objetiva do resultado.

✓ O fato deve ser previsível ao agente, o agente não prevê aquilo que lhe era previsível.

f) Tipicidade.

✓ Como regra, a conduta penal costuma ser tipificada na forma dolosa. A forma culposa é excepcional, por isso da advertência da tipicidade (parágrafo único do art. 18 do CP).

Em relação a Beatriz:

Casos de impunibilidade

CP/40 Art. 31 - O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, **não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.**

A **participação** em **crime culposo**, conforme o STJ, **não é possível.**

Gabarito: Letra E.

31) Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA.

A) O crime de peculato não é previsto na modalidade culposa.

B) Somente considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, com remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

C) O exercício arbitrário das próprias razões é um crime contra a Administração Pública.

D) Oferecer, dar ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, caracteriza o crime de corrupção ativa.

E) No crime de corrupção passiva, a pena é aumentada pela metade, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

Comentário:

A. Incorreta. O peculato está previsto também na modalidade culposa, conforme o Art. 312, § 2º, que indica que o funcionário pode concorrer culposamente para o crime de outrem, sendo penalizado com detenção.

B. Incorreta. De acordo com o Art. 327 do Código Penal, considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

C. Correta. O exercício arbitrário das próprias razões, conforme Art. 345, realmente constitui um crime contra a Administração Pública, consistindo em fazer justiça pelas próprias mãos para satisfazer pretensão, embora legítima, exceto quando a lei o permite.

D. Incorreta. Embora a descrição esteja correta para o crime de corrupção ativa, segundo o Art. 333, a alternativa em si é apresentada como uma afirmação a ser avaliada quanto à sua correção, e não há erro nela. No entanto, ela não é a única correta no contexto das opções apresentadas.

E. Incorreta. No crime de corrupção passiva, Art. 317, § 1º, a pena é aumentada de um terço, e não pela metade, se em consequência da vantagem ou promessa o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

Gabarito: Letra C.

32) Em relação aos requisitos para o livramento condicional, é correto afirmar que:

A) a ausência de falta grave no período de doze meses é suficiente para satisfazer o requisito exigido para concessão do benefício;

B) faltas disciplinares ocorridas no período anterior a doze meses não podem ser consideradas pelo Juízo das Execuções Penais para aferir fundamentadamente o mérito do apenado;

C) faltas disciplinares ocorridas no período anterior a doze meses podem ser consideradas pelo Juízo das Execuções Penais para aferir fundamentadamente o mérito do apenado;

D) a ausência de falta grave no período de seis meses é suficiente para satisfazer o requisito exigido para concessão do benefício;

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

E) a demonstração da aptidão para prover a própria subsistência mediante qualquer atividade é suficiente para satisfazer o requisito exigido para concessão do benefício.

Comentário:

Requisitos do livramento condicional

CP/40 Art. 83 - O juiz poderá conceder **livramento condicional** ao condenado a **pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 anos**, desde que:

I - cumprida **mais de um terço** da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes; (Requisito **Objetivo**)

II - cumprida **mais da metade** se o condenado for reincidente em crime doloso; (Requisito **Objetivo**)

III - comprovado:

a) bom comportamento durante a execução da pena; (Requisito **Subjetivo**)

b) não cometimento de falta grave nos **últimos 12 meses**; (Requisito **Subjetivo**)

c) bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído; e (Requisito **Subjetivo**)

d) aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto; (Requisito **Subjetivo**)

IV - tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração; (Requisito **Objetivo**)

V - cumpridos **mais de dois terços** da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza. (Requisito **Objetivo**)

Parágrafo único - Para o condenado por **crime doloso**, cometido com **violência ou grave ameaça** à pessoa, a concessão do livramento ficará também **subordinada** à constatação de **condições pessoais** que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir. (Requisito **Subjetivo**)

Antes da Lei Anticrime (Lei 13.964/2019)	Depois da Lei Anticrime (Lei 13.964/2019)
Art. 83 - O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 anos , desde que: III - comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto ; (Requisito Subjetivo)	Art. 83 - O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 anos , desde que: III - comprovado: a) <u>bom comportamento</u> durante a execução da pena; (Requisito Subjetivo) b) <u>não cometimento de falta grave</u> nos últimos 12 meses ; (Requisito Subjetivo) c) <u>bom desempenho no trabalho</u> que lhe foi atribuído; e (Requisito Subjetivo) d) <u>aptidão para prover a própria subsistência</u> mediante <u>trabalho honesto</u> ; (Requisito Subjetivo)

Gabarito: Letra C.

33) Julgue os itens a seguir acerca da tipicidade, ilicitude, culpabilidade e punibilidade.

I - Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade.

II - Extingue-se a punibilidade pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra a dignidade sexual.

III - Tipicidade é a conduta típica realizada.

IV - Para ser culpável, o agente deverá ser imputável.

- A) Somente estão corretos os itens I e II.
- B) Somente estão corretos os itens I e IV.
- C) Somente estão corretos os itens I, II e IV.
- D) Somente estão corretos os itens II e IV.
- E) Todos os itens estão corretos.

Comentário:

I - Correto. De acordo com o CP, se configurando o estado de necessidade, que é uma excludente da antijuridicidade (ilicitude), a conduta não é considerada criminosa, pois está ausente um dos elementos do crime, que é a ilicitude.

II - Errado. Essa causa de extinção da punibilidade (presumivelmente referindo-se ao casamento do agente com a vítima nos crimes contra a dignidade sexual) já foi revogada.

III - Errado. A tipicidade não se refere apenas à realização de uma conduta típica; ela é a adequação de uma conduta ao modelo descrito na norma penal incriminadora, envolvendo a subsunção do fato concreto ao tipo legal.

IV - Correto. Para ser culpável, o agente deve ser imputável, o que significa que a imputabilidade é um dos elementos da culpabilidade.

Gabarito: Letra B.

34) Dentre os crimes praticados contra a Administração Pública, importa em peculato:

- A) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- B) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- C) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- D) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- E) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

Comentário:

Letra A: Errada.

Concussão

Art. 316 – **Exigir**, para **si** ou para **outrem**, **direta** ou **indiretamente**, **ainda que fora da função ou antes de assumi-la**, mas em razão dela, **vantagem indevida**:

Pena – **reclusão**, de **2 a 12 anos**, e **multa**. (**Lei 13.964/2019**)

Letra B: Errada.

Corrupção passiva

Art. 317 – **Solicitar ou receber**, para **si** ou para **outrem**, **direta** ou **indiretamente**, ainda que **fora da função** ou **antes** de assumi-la, mas em razão dela, **vantagem indevida**, ou **aceitar promessa** de tal vantagem:

Pena – **reclusão**, de **2 a 12 anos**, e multa.

Letra C: Errada.

Prevaricação

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

Art. 319 – **Retardar ou deixar de praticar**, indevidamente, ato de **ofício**, ou **praticá-lo contra disposição expressa de lei**, para satisfazer **interesse ou sentimento pessoal**:

Pena – detenção, de **três meses a um ano**, e multa.

Letra D: Correta.

Peculato

Art. 312 – **Apropriar-se o funcionário público** de **dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel**, público ou particular, de que tem a posse em **razão do cargo**, (Peculato-Apropriação) ou **desviá-lo, em proveito próprio** ou alheio (Peculato-Desvio): (**Peculato Próprio**)

Pena – **reclusão**, de **dois a doze anos**, e multa.

Letra E: Errada.

Condescendência criminosa

Art. 320 – **Deixar o funcionário**, por indulgência (**Sentimento de pena**), de **responsabilizar subordinado** que cometeu **infração** no exercício do cargo ou, quando lhe **falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade** competente:

Pena – **detenção**, de **quinze dias a um mês**, ou multa.

Gabarito: Letra D.

35) Maria, em decorrência da prática de crime doloso, foi condenada ao cumprimento de pena privativa de liberdade, substituída por restritiva de direitos em processo em que se deu o trânsito em julgado. Dentre as hipóteses abaixo, são penas de interdição temporária de direitos:

- I. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública.**
- II. Limitação de fim de semana.**
- III. Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.**
- IV. Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo.**

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) III e IV.
- B) I, III e IV.
- C) II, III e IV.
- D) I, II e III.
- E) I, II e IV.

Comentário:

Interdição temporária de direitos

CP/40 Art. 47 - As penas de **interdição temporária** de direitos são:

I - **proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública**, bem como de mandato eletivo; (**Pena restritiva de direito específica**)

II - **proibição do exercício** de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público; (**Pena restritiva de direito específica**)

OBSERVAÇÃO

CP/40. Art. 56 - As penas de interdição, previstas nos incisos **I e II do art. 47** deste Código, aplicam-se para todo o crime cometido no exercício de profissão, atividade, ofício, cargo ou função, sempre que houver violação dos deveres que lhes são inerentes.

III - **suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo.**

OBSERVAÇÃO

CP/40. Art. 57 - A pena de **interdição**, prevista no inciso **III do art. 47** deste Código, aplica-se aos **crimes culposos de trânsito**.

CP/40. Art. 92 - São também **efeitos da condenação**:

III - a **inabilitação para dirigir veículo**, quando utilizado como meio para a prática de **crime doloso**.

IV – **proibição de frequentar determinados lugares.**

V - **proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exames públicos.**

Penas restritivas de direitos

CP/40 Art. 43. As penas **restritivas de direitos** são:

I - **prestação pecuniária;**

II - **perda de bens e valores;**

III - **limitação de fim de semana.**

IV - **prestação de serviço** à comunidade ou a entidades públicas;

V - **interdição temporária** de direitos;

VI - **limitação de fim de semana.**

Gabarito: Letra B.

36) À luz do Código Penal, assinale a opção correta acerca dos crimes contra a pessoa.

A) A mulher que, sob a influência do estado puerperal, matar o próprio filho durante o parto responderá por aborto provocado pela gestante.

B) A gravidade da lesão corporal será equivalente se ocorrer tanto a debilidade permanente quanto a perda ou a inutilização de membro, sentido ou função.

C) O agente que induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou a praticar automutilação responderá por crime doloso contra a vida, punido com reclusão.

D) O aborto necessário — quando não há outro meio de salvar a gestante — e o aborto no caso de gravidez decorrente de estupro excluem a ilicitude por inexigibilidade de conduta diversa.

E) A circunstância de o crime de feminicídio ser praticado durante a gestação ou nos seis meses após o parto é qualificadora desse crime.

Comentário:

Letra A: Errada.

Infanticídio

CP/40 Art. 123 - **Matar**, sob a **influência do estado puerperal**, o **próprio filho**, durante o parto ou logo após:

Pena - detenção, de **dois a seis anos**.

Letra B: Errada.

Lesão corporal

CP/40 Art. 129. Ofender a **integridade corporal** ou a **saúde de outrem**:

Pena - **detenção**, de **três meses a um ano**.

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

§ 1º. Se resulta: **(Grave)**

I - **Incapacidade** para as **ocupações habituais**, por **mais de trinta dias**;

II - **perigo de vida**;

III - **debilidade permanente** de membro, **sentido** ou **função**;

IV - **aceleração de parto**.

Pena: reclusão, de um a cinco anos.

§ 2º. Se resulta: **(Gravíssima)**

I - **Incapacidade permanente** para o **trabalho**;

II - **enfermidade incurável**;

III **perda ou inutilização** do membro, **sentido** ou **função**;

IV - **deformidade permanente**;

V – **aborto**.

Pena: reclusão, de dois a oito anos.

Letra C: Correta.

CP/40 Art. 122. **Induzir (cria a possibilidade – Participação Moral)** ou **instigar (Reforça a ideia - Participação Moral)** alguém a **suicidar-se** ou a **praticar automutilação** ou **prestar-lhe auxílio material** para que o faça:

Pena - reclusão, de 6 meses a 2 anos.

Letra D: Errada.

CP/40 Art. 128 – **Não se pune** o aborto praticado por médico:

Aborto necessário

I – se **não há outro meio de salvar** a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II – se a **gravidez resulta de estupro** e o aborto é **precedido de consentimento da gestante** ou, quando incapaz, de **seu representante legal**.

Letra E: Errada.

CP/40 Art. 121 § 7º A pena do feminicídio é **aumentada de 1/3 (um terço) até a metade** se o crime for praticado:

I - durante a **gestação** ou **nos 3 meses posteriores** ao parto;

Gabarito: Letra C.

Direito Administrativo

37) Ao aprofundar os seus estudos acerca do direito administrativo, Carlota observou que existem diversas manifestações do poder hierárquico, entre as quais é correto apontar

- A) a avocação temporária de competência.
- B) o embargo de obra que esteja em desacordo com o ordenamento.
- C) o deferimento de uma licença profissional.
- D) a aplicação de multa à concessionária de serviço público.
- E) o recurso administrativo dirigido para a autoridade competente da Administração Direta contra decisão de autarquia.

Comentário:

LPA. Art. 15. Será **permitida**, em **caráter excepcional** e por **motivos relevantes** devidamente **justificados**, a **avocação temporária** de competência atribuída a órgão **hierarquicamente inferior**.

Art. 16. Os órgãos e entidades administrativas divulgarão publicamente os locais das respectivas sedes e, quando conveniente, a unidade fundacional competente em matéria de interesse especial.

Art. 17. **Inexistindo** competência legal específica, o **processo administrativo** deverá ser **iniciado** perante a **autoridade de menor grau hierárquico para decidir**.

Delegação x Avocação	
Delegação	Avocação
<ul style="list-style-type: none">• Delegação de competência de cima para baixo;• Exercício temporário;• É possível a delegação com ou sem hierarquia;• Não é possível a delegação:<ul style="list-style-type: none">✓ Atos de Caráter Normativo – NO✓ Decisão de Recursos Administrativos - R✓ Competência Exclusiva - EX	<ul style="list-style-type: none">• Delegação de competência de baixo para cima;• Competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.• Exercício temporário;• Tempo determinado;• Caráter excepcional;• Há necessidade de hierarquia.

Gabarito: Letra A.

38) Sobre os poderes da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Poder Vinculado é aquele em que o administrador, apesar de subordinado à lei, tem liberdade para atuar de acordo com um juízo de conveniência e oportunidade
- B) O Poder Disciplinar tem por finalidade distribuir e escalonar as funções dos órgãos, ordenar e rever a atuação dos agentes públicos, estabelecendo uma relação de hierarquia.
- C) O Poder Hierárquico impede a delegação de qualquer atribuição de um órgão a outro, na estrutura da Administração. Por outro lado, é plenamente permitida a avocação, quando o superior hierárquico substitui o subalterno no exercício de suas atribuições.
- D) O Poder Disciplinar permite à Administração Pública punir e apenar a prática de infrações funcionais dos servidores e de todos os que estiverem sujeitos à disciplina dos órgãos e serviços da Administração, abrangendo as sanções impostas aos particulares.
- E) O Poder de Polícia tem por objeto condicionar, restringir, frenar o exercício de atividade, o uso e gozo de bens e direitos pelos particulares, em razão do interesse da coletividade, tendo por fundamento o princípio da predominância do interesse público sobre o particular.

Comentário:

Poderes Administrativos – Conceitos Básicos	
Poder Hierárquico	Tem como objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas , no âmbito interno da Administração Pública;

Poder Disciplinar	Poder de aplicar sanções aos servidores e pessoas com vínculo jurídico específico sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração ;
Poder Regulamentar	É a capacidade em que os chefes do Poder Executivo possuem para fazer edição de atos administrativos normativos ; É a prerrogativa de direito público que o autoriza a editar atos gerais e abstratos para complementar a lei e permitir a sua efetiva execução .
Poder Normativo	Trata-se do poder que edita atos administrativos normativos , utilizado pelos demais órgãos e entidades dos poderes públicos . É mais amplo que o Poder Regulamentar.
Poder de Polícia	Poder utilizado pela Administração Pública que condiciona ou restringe o uso de bens e a prática de atividades privadas , em prol dos interesses da coletividade .
Poder Vinculado ou regrado	Ocorre quando a lei não deixa margem de escolha para o exercício do agente público, devendo este decidir na mesma forma da lei ;
Poder Discricionário	O agente público possui margem de escolha , decidindo com base na conveniência e oportunidade (Mérito Administrativo) ;

Gabarito: Letra E.

39) Os poderes da administração constituem prerrogativas especiais para que sejam satisfeitas as finalidades públicas. Dentro dessa análise, quando um município realiza a interdição de uma obra, por ausência de alvará, mostra dessa maneira a atuação do poder:

- A) Hierárquico.
- B) Vinculado.
- C) Regulamentar.
- D) De polícia.
- E) Disciplinar.

Comentário:

Poderes Administrativos – Conceitos Básicos	
Poder Hierárquico	Tem como objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas , no âmbito interno da Administração Pública;
Poder Disciplinar	Poder de aplicar sanções aos servidores e pessoas com vínculo jurídico específico sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração ;
Poder Regulamentar	É a capacidade em que os chefes do Poder Executivo possuem para fazer edição de atos administrativos normativos ; É a prerrogativa de direito público que o autoriza a editar atos gerais e abstratos para complementar a lei e permitir a sua efetiva execução .
Poder Normativo	Trata-se do poder que edita atos administrativos normativos , utilizado pelos demais órgãos e entidades dos poderes públicos . É mais amplo que o Poder Regulamentar.
Poder de Polícia	Poder utilizado pela Administração Pública que condiciona ou restringe o uso de bens e a prática de atividades privadas , em prol dos interesses da coletividade .
Poder Vinculado ou regrado	Ocorre quando a lei não deixa margem de escolha para o exercício do agente público, devendo este decidir na mesma forma da lei ;
Poder Discricionário	O agente público possui margem de escolha , decidindo com base na conveniência e oportunidade (Mérito Administrativo) ;

Gabarito: Letra D.

40) Para ocupar cargo público, o ordenamento jurídico exige que ocorra o provimento, isto é, que seja praticado um ato administrativo constitutivo hábil a promover o ingresso no cargo. Assinale dentre as alternativas abaixo a que NÃO constitui forma de provimento de cargo público:

- A) Readaptação.
- B) Recondição.
- C) Nomeação.
- D) Reversão.
- E) Transferência.

Comentário:

Provimento	
✓	Nomeação: Consiste na única forma de provimento originário .
✓	Promoção: A promoção é uma forma de provimento e vacância , pois ao mesmo tempo que o servidor sobe dentro de sua carreira , acaba ocorrendo a vacância da posição que se encontrava .
✓	Readaptação: Investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades <u>compatíveis com a limitação</u> que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica. (Provimento derivado horizontal)
✓	Reversão: É o retorno à atividade de servidor aposentado . (Provimento derivado por reingresso)
✓	Aproveitamento: Consiste no retorno à atividade do servidor em disponibilidade em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado. (Provimento derivado por reingresso)
✓	Reintegração: É a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado , ou no cargo resultante de sua transformação , quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial , com ressarcimento de todas as vantagens . (Provimento derivado por reingresso)
✓	Recondição: É o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado . (Provimento derivado por reingresso)
Com a aprovação da Lei 9.527, a Ascensão e a Transferência foram revogadas . O STF possui o entendimento de que essas formas de provimento vertical e vacância afrontam o princípio do concurso público , pois ambas as formas de provimento e vacância levavam o servidor a fazer parte de uma carreira distinta da primeira aprovada mediante concurso público.	

Gabarito: Letra E.

41) Análise e marque a alternativa **CORRETA** sobre os atos administrativos.

- A) Os requisitos dos atos administrativos são somente competência e forma.
- B) A anulação de um ato administrativo ocorre por violação de dispositivo de lei.
- C) Os atos em que existe uma certa liberalidade de agir são denominados de atos vinculados.
- D) A discricionariedade encontra-se presente na competência e na forma do ato administrativo.
- E) A convalidação é um atributo do ato administrativo.

Comentário:

Letra A: Errada.

Requisitos ou elementos do ato administrativo	
Competência	Poder legal conferido ao agente público para o desempenho das suas atribuições .
Finalidade	O ato é dirigido ao atendimento do interesse público , tem efeito jurídico mediato .
Forma	Modo pelo qual o ato se exterioriza ou deve ser apresentado.
Motivo	Pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato.
Objeto	É o conteúdo do ato , tendo efeito jurídico imediat .
Mnemônico: COMFIFORMOB	

Letra B: Correta.

Anulação	<ul style="list-style-type: none">➤ A anulação retira do mundo jurídico atos ilegais e produzem efeitos retroativos ou ex tunc.➤ Ato administrativo praticado fora dos padrões de legalidade e que exorbite os limites definidos e previstos em lei é denominado ato ilegal.➤ Considerando um ato administrativo o qual, contaminado por vício, tornou-se ilegal, ressalvada a apreciação judicial e respeitados os direitos adquiridos, a Administração pode anulá-lo, porque dele não se originam direitos.➤ A administração pública deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, respeitados os direitos adquiridos.➤ O ato discricionário praticado por autoridade incompetente, ou realizado por forma diversa da prevista em lei é ilegítimo e nulo.
-----------------	---

Letra C/D: Erradas.

➤ **Quanto à liberdade ou regramento:**

- ✓ **Quanto à liberdade** da Administração, os atos administrativos podem ser classificados em os **atos vinculados e atos discricionários**.
- ✓ Os atos administrativos classificam-se, **quanto ao regramento: Vinculado** (ex: licença; pedido de aposentadoria) e **Discricionário** (pedido de autorização).

❖ **Ato discricionário**

- Quando se fala em ato administrativo **discricionário**, quer dizer que a lei deixa **certa margem de liberdade de decisão** para a autoridade, diante do **caso concreto**, de forma que ela poderá optar por uma dentre **várias soluções** possíveis.
- Os atos administrativos **discricionários são passíveis de controle judicial** no que concerne a **vícios de legalidade**, o que inclui também a avaliação da **inexistência ou falsidade** dos motivos declinados pela Administração para a edição do ato.
- Nos atos **discricionários**, cabe à administração pública a valoração dos motivos e do objeto quanto à sua **oportunidade, conveniência, eficiência e justiça**.
- O **mérito administrativo** consiste no poder conferido por lei ao administrador para que ele, nos atos **discricionários**, decida sobre a **oportunidade e conveniência** de sua prática. (**Motivo e Objeto** podem ser Discricionários, ou seja, eles possuem **Mérito**).
- Considerando que certos elementos do ato administrativo são sempre vinculados, **não há ato administrativo inteiramente discricionário**.
- Os **atos discricionários** sujeitam-se à **apreciação judicial**, desde que **não se invadam** os aspectos reservados à **apreciação subjetiva** da Administração Pública.
- Podem ser considerados **atos discricionários** aqueles:
 1. Nos quais o **motivo** é definido pela lei utilizando **noções vagas** ou conceitos jurídicos **indeterminados**.
 2. Que encontram **fundamento e justificativa** na **complexidade e variedade** dos problemas do Poder Público que a **lei não pôde prever**.
 3. Que a Administração pode praticar com **liberdade de escolha** de seu conteúdo, destinatário, conveniência, oportunidade e modo.

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

4. Para os quais só pode haver a **discricionariedade** dos **meios e modos** de administrar (**Objeto e Motivo**), **nunca os fins a atingir** (**Finalidade**).

❖ **Ato vinculado**

- Ato em que a **lei estabelece todos os requisitos** e as **condições de sua realização**, **sem** deixar **qualquer margem de liberdade** para o administrador é o **vinculado**.
- Entre os atributos inerentes aos atos administrativos vinculados, inserem-se **Tipicidade, Imperatividade e Presunção de legitimidade**, mas não a Discricionariedade.
- O ato vinculado pode ser **invalidado por vício de legalidade** pela **administração pública** ou pelo **poder judiciário**, mas **não pode ser revogado** nem pela **administração** nem pelo **judiciário**.
- Diante de um **poder vinculado**, o particular tem um **direito subjetivo** de **exigir** da autoridade a **edição de determinado ato**, sob pena de, não o fazendo, sujeitar-se à **correção judicial**.¹
- Quanto à discricionariedade e à vinculação é correto afirmar que o particular tem, diante de um **poder vinculado**, **direito à edição do ato administrativo**, sujeitando-se a **autoridade** omissa à **correção judicial**.
- Atos **regrados** são aqueles para os quais a **lei estabelece os requisitos e condições** de sua realização.

Fonte¹: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo 27ª ED., São Paulo: Atlas, 2014. P. 221.

Ato Vinculado	Ato Discricionário
Competência (Vinculada)	Competência (Vinculada)
Finalidade (Vinculada)	Finalidade (Vinculada)
Forma (Vinculada)	Forma (Vinculada)
Motivo (Vinculado)	Motivo (Discricionário)
Objeto (Vinculado)	Objeto (Discricionário)

Letra E: Errada.

Atributos do ato administrativo	
Presunção de Legitimidade e Veracidade	Presunção de Legitimidade : Os atos são considerados emitidos conforme a lei . Presunção de Veracidade : Presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela administração.
Autoexecutoriedade	Prevê que a administração pública, para executar suas decisões , não necessita submeter , previamente, a sua pretensão ao Poder Judiciário .
Tipicidade	O ato administrativo deve corresponder a figuras previamente definidas pela lei como aptas a produzir determinados efeitos.
Imperatividade	Ocorre naqueles atos em que impõem obrigações a terceiros , independentemente de sua concordância .
Mnemônico: PATI	

Gabarito: Letra B.

42) As modalidades de licitação previstas na Lei n.º 14.133/2021 são

- A) pregão, concorrência, leilão, diálogo competitivo e credenciamento.
- B) concorrência, concurso, leilão, registro de preços e diálogo competitivo.
- C) pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo.
- D) pregão, concorrência, convite, leilão e diálogo competitivo.
- E) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.

Comentário:

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

A resolução requer conhecimento do Art. 28 da Nova Lei de Licitações

Lei 14.133/21. Art. 28. São **modalidades** de licitação:

I - pregão;

II - concorrência;

III - concurso;

IV - leilão;

V - diálogo competitivo.

Gabarito: Letra C.

Direito Processual Penal

43) Michael responde, preso preventivamente, a inquérito policial conduzido pela Polícia Civil, que investiga a prática do crime de extorsão simples, previsto no Art. 158 do Código Penal.

Quanto ao prazo de duração, é correto dizer que o inquérito em questão deve ser concluído no prazo de

- A) 15 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão.
- B) 30 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.
- C) 90 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão.
- D) 10 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão.
- E) 15 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

Comentário:

CPP Art. 10. O inquérito deverá **terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente**, contado o prazo, nesta hipótese, a **partir do dia** em que se **executar a ordem de prisão**, ou no prazo de **30 dias**, quando **estiver solto, mediante fiança** ou **sem ela**.

Gabarito: Letra D.

44) Thiago agrediu verbal e fisicamente sua esposa Nicole, após crise de ciúmes. Ato contínuo, Nicole comunicou o fato à autoridade policial, que instaurou inquérito policial.

Finda a investigação, entendendo presentes a autoria e materialidade do fato típico, o delegado de polícia indiciou Thiago pelo crime de lesão corporal decorrente da condição do sexo feminino, o qual, segundo o art. 129, § 13, do Código Penal, é punido com pena de reclusão, de um ano a quatro anos.

Recebidos os autos no Ministério Público, tanto Thiago quanto Nicole informaram ao promotor de justiça com atribuição para o caso que o ocorrido havia sido uma situação pontual. Outrossim, Nicole disse que não desejava ver Thiago sendo processado criminalmente.

Em tal contexto, caberá ao promotor de justiça propor

- A) acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente à reprovação e prevenção do crime, cumpridas as condições estabelecidas no acordo.
- B) transação penal, nos termos da Lei nº 9.099/1995, uma vez que a infração penal praticada por Thiago é de menor potencial ofensivo, não cabendo a celebração de acordo de não persecução penal na hipótese.
- C) ação penal, pois incabível a celebração de acordo de não persecução penal, exclusivamente em razão da pena aplicável em abstrato à infração penal.
- D) a ação penal, pois incabível a celebração de transação penal, bem como de acordo de não persecução penal na situação narrada, diante da natureza da infração penal
- E) acordo de não persecução penal, independentemente das condições que vierem a ser estabelecidas no acordo, bem como de sua efetividade para a reprovação da infração penal.

Comentário:

STJ/Súmula 536: A suspensão condicional do processo e a transação penal **não se aplicam** na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.

CPP. Art. 28-A. § 2º O disposto no caput (Acordo de Não Persecução Penal) deste artigo **não se aplica** nas seguintes hipóteses:

IV - nos crimes praticados no âmbito de **violência doméstica ou familiar**, ou praticados **contra a mulher por razões da condição de sexo feminino**, em favor do agressor.

Gabarito: Letra D.

45) Acerca das questões e processos incidentes, no que se refere a restituição de coisas apreendidas, assinale a opção correta.

- A) É facultativa a oitiva do Ministério Público nos pedidos de restituição de coisa apreendida.
- B) Na hipótese de decretação de perdimento de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural ou artístico, se a vítima do crime não for determinada, poderá haver destinação dos bens a museus públicos.

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

C) As coisas apreendidas, ainda que interessem ao processo, podem ser restituídas antes mesmo do trânsito em julgado da sentença final.

D) Em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono da coisa apreendida, o juiz deverá encaminhar as partes à autoridade policial competente.

E) Coisas facilmente deterioráveis serão avaliadas e levadas ao depósito público.

Comentário:

Letra A: Errado.

CPP 120, § 3º. Sobre o **pedido de restituição** será **sempre ouvido o Ministério Público**.

Letra B: Correto.

CPP Art. 124-A. Na hipótese de decretação de **perdimento de obras de arte** ou de **outros bens de relevante valor** cultural ou artístico, se o crime **não tiver vítima determinada**, poderá haver **destinação dos bens a museus públicos**.

Letra C: Errado.

CPP Art. 118. **Antes de transitar em julgado** a sentença final, as **coisas apreendidas não poderão** ser **restituídas** enquanto interessarem ao processo.

Letra D: Errado.

CPP Art. 120. § 4º. Em caso de **dúvida** sobre quem seja o **verdadeiro dono**, **o juiz remeterá as partes para o juízo cível**, ordenando o **depósito das coisas** em mãos de depositário ou do próprio terceiro que as detinha, se for pessoa idônea.

Letra E: Errado.

CPP Art. 120. § 5º. Tratando-se de **coisas facilmente deterioráveis**, serão **avaliadas e levadas a leilão público**, depositando-se o **dinheiro apurado**, ou entregues ao **terceiro** que as detinha, se este for **pessoa idônea e assinar termo de responsabilidade**.

Gabarito: Letra B.

46) A autoridade policial determinou a instauração de inquérito, após receber a notícia da suposta prática do crime de furto mediante fraude eletrônica, definido no Art. 155, § 4º-B, do Código Penal, com a redação dada pela Lei 14.155 de 2021. O delito em questão é de ação penal pública incondicionada.

Apesar da realização de diversas diligências, não foi possível apurar a autoria delitiva, o que constou no relatório elaborado pelo delegado de polícia.

A partir dos dados apresentados, é correto afirmar que, no caso,

A) o delegado deve arquivar diretamente o inquérito policial, não sendo possível, a partir do arquivamento, em nenhuma hipótese, a reabertura das investigações.

B) o delegado pode promover o arquivamento do inquérito, devendo o membro do Ministério Público acompanhar a manifestação ou recorrer ao chefe de polícia.

C) embora não possa arquivar diretamente o inquérito, as conclusões do delegado de polícia vinculam o órgão do ministério Público responsável promoção de arquivamento ou oferecimento da denúncia.

D) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; entretanto, ocorrendo o arquivamento por determinação da autoridade competente, pode haver o desarquivamento e continuidade das investigações, desde que surja notícia de novas provas.

E) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; caso haja o arquivamento por determinação da autoridade competente, não pode haver o desarquivamento e a continuidade das investigações, ainda que surjam notícias de novas provas.

Comentário:

Letra A: Errado.

CPP Art. 17. A autoridade policial **não poderá mandar arquivar autos** de inquérito.

Letra B: Errado.

CPP Art. 18. Depois de ordenado o **arquivamento** do inquérito pela **autoridade judiciária**, **por falta de base para a denúncia**, a **autoridade policial** poderá proceder a **novas pesquisas**, se de **outras provas tiver notícia**.

Letra C: Errado.

STJ/ RHC 79.534/SP

"1. O inquérito policial não é condição de procedibilidade da ação penal, mas acompanhará a denúncia sempre que servir de base a ela, (...) 2. Compete ao Parquet, titular da ação penal pública, avaliar a peça informativa e valer-se de outros elementos disponíveis para formar sua opinio delicti. **Pode denunciar pessoa que não haja sido indiciada ou mesmo pedir o arquivamento do inquérito por falta de provas, sem nenhuma vinculação às conclusões das autoridades policiais.** Constatadas evidências de que o recorrente, ouvido como testemunha durante as investigações, participou de infração penal, não há ilegalidade no oferecimento da denúncia ao órgão jurisdicional competente. (...)"

Letra D: Correto.

CPP Art. 17. A autoridade policial **não poderá mandar arquivar autos** de inquérito.

CPP Art. 18. Depois de ordenado o **arquivamento** do inquérito pela **autoridade judiciária**, **por falta de base para a denúncia**, a **autoridade policial** poderá proceder a **novas pesquisas**, se de **outras provas tiver notícia**.

Letra E: Errado.

É verdade que o delegado não pode encerrar completamente a investigação. Mas, **caso apareçam novas provas, é possível retomar a investigação mesmo depois de ter sido arquivada anteriormente.**

Gabarito: Letra D.

47) Quanto ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- A) Mesmo com a extinção da punibilidade do investigado, o delegado não pode arquivar o inquérito policial.
- B) O juiz pode fundamentar a sentença exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- C) No crime de estupro, a instauração do inquérito policial depende de representação da vítima no prazo legal.
- D) Em regra é cabível o desarquivamento do inquérito quando este tiver ocorrido por atipicidade do fato.
- E) O inquérito é um procedimento indispensável para reunir elementos para a propositura da ação penal.

Comentário:

Letra A: Correto.

CPP Art. 17. A autoridade policial **não poderá mandar arquivar autos de inquérito.**

Letra B: Errado.

CPP Art. 155. O **juiz** formará sua convicção pela **livre apreciação** da prova produzida em contraditório judicial, **não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.**

Letra C: Errado.

CP Art. 225 - Nos crimes **definidos nos Capítulos I e II deste Título (inclui o crime de estupro)**, procede-se mediante **ação penal pública condicionada à representação.**

Parágrafo único - Procede-se, entretanto, mediante ação penal pública incondicionada se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa vulnerável.

Letra D: Errado.

HC 173594 - A decisão de **arquivamento** de inquérito policial **lastreada na atipicidade do fato** toma força de **coisa julgada material**, qualidade conferida à decisão judicial contra a qual **não cabem mais recursos, tornando-a imutável**.

Letra E: Errado.

CPP Art. 39. § 5º. O órgão do Ministério Público **dispensará o inquérito**, se com a representação forem oferecidos **elementos que o habilitem a promover a ação penal**, e, neste caso, **oferecerá a denúncia** no prazo de **quinze dias**.

Gabarito: Letra A.

48) Sobre o acordo de não persecução penal, é correto afirmar que

- A) pode ser celebrado mesmo sendo caso de arquivamento do inquérito policial.
- B) pode ser proposto pelo juiz.
- C) exige a confissão do investigado.
- D) independe do cumprimento de condições.
- E) é cabível nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica.

Comentário:

Acordo de Não Persecução Penal - Lei 13.964/2019
Requisitos
<ul style="list-style-type: none">✓ Não arquivamento do inquérito;✓ O investigado deve confessar formal e circunstancialmente;✓ A infração penal cometida deve ter sido sem violência ou grave ameaça;✓ Pena mínima inferior a 04 anos;✓ O Acordo deve ser necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime;✓ + Condições ajustadas cumulativa e alternativamente.

Gabarito: Letra C.

Direitos Humanos

49) Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que

- A) toda pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.
- B) são asseguradas às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- C) toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas ou militares.
- D) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- E) ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade, exceto no caso de iminente perigo público.

Comentário:

Letra A: Correta.

Artigo XIII

1. Toda pessoa tem direito à **liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras** de cada Estado.

Letra B: Errada.

Existe previsão na CF/88.

CF/88. Art. 5º. L. às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

Letra C: Errada.

Artigo XX

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de **reunião e associação pacíficas**.

Letra D: Errada.

Na DUDH não existe exceção em relação ao anonimato. Já na CF/88, sim.

Artigo XVIII

Toda pessoa tem direito à **liberdade de pensamento, consciência e religião**; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Letra E: Errada.

Artigo XVII

2. **Ninguém** será arbitrariamente **privado de sua propriedade**.

Gabarito: Letra A.

50) De acordo com o artigo 8º da Constituição Federal, é livre a associação sindical, observado o seguinte:

- A) é obrigatória autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- B) a criação de organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica se aperfeiçoará com o registro do respectivo ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- C) é obrigatória a filiação ao sindicato da respectiva categoria.
- D) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- E) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas..

Comentário:

Letra A: Errada.

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

CF/88. Art. 8º É livre a associação **profissional ou sindical**, observado o seguinte:

I - a lei **não** poderá exigir **autorização do Estado** para a **fundação de sindicato**, **ressalvado** o **registro** no **órgão competente**, **vedadas** ao Poder Público a **interferência e a intervenção** na organização sindical;

Letra B: Errada.

CF/88. Art. 8º É livre a associação **profissional ou sindical**, observado o seguinte:

I - a lei **não** poderá exigir **autorização do Estado** para a **fundação de sindicato**, **ressalvado** o **registro** no **órgão competente**, **vedadas** ao Poder Público a **interferência e a intervenção** na organização sindical;

Letra C: Errada.

CF/88. Art. 8º É livre a associação **profissional ou sindical**, observado o seguinte:

V - **ninguém** será **obrigado** a **filiar-se** ou a **manter-se filiado** a sindicato;

Letra D: Errada.

CF/88. Art. 8º É livre a associação **profissional ou sindical**, observado o seguinte:

VI - é **obrigatória** a **participação dos sindicatos** nas **negociações coletivas** de trabalho;

Letra E: Correta.

CF/88. Art. 8º É livre a associação **profissional ou sindical**, observado o seguinte:

III - ao **sindicato** cabe a defesa dos direitos e interesses **coletivos ou individuais** da categoria, **inclusive** em **questões judiciais ou administrativas**;

Gabarito: Letra E.

51) Incumbe ao Conselho da Comunidade

- A) emitir parecer sobre indulto e comutação de pena.
- B) supervisionar os patronatos.
- C) elaborar programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor.
- D) visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca.
- E) propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito.

Comentário:

Conselho da Comunidade – Competência
LEP. Art. 81. Incumbe ao Conselho da Comunidade : I - visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca ; II - entrevistar presos ; III - apresentar relatórios mensais ao Juiz da execução e ao Conselho Penitenciário ; IV - diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado , em harmonia com a direção do estabelecimento.

Gabarito: Letra D.

52) Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo ser humano tem

- A) assegurado o direito ao amplo acesso à informação, sendo vedado, em qualquer hipótese, resguardar o sigilo da fonte.
- B) deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
- C) direito à prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- D) direito a obter gratuitamente certidões em repartições públicas para o exercício da ampla defesa.

E) assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Comentário:

O comando da questão pede o que está previsto na DUDH. Sendo assim, a alternativa correta é a letra b.

Letra A: Errada.

CF/88. Art. 5º. XIV - e assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Letra B: Correta.

Artigo XXIX

1. **Toda pessoa tem deveres** para com a comunidade, na qual o **livre e pleno desenvolvimento** de sua **personalidade** é possível.

Letra C: Errada.

CF/88. Art. 5º. VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

Letra D: Errada.

CF/88. Art. 5º. XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

Letra E: Errada.

CF/88. Art. 5º, V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Gabarito: Letra B.

Direito Penal Especial

53) Nestor apropriou-se da maior parte dos proventos de aposentadoria relativos ao mês de abril de 2021 de seu pai, Antunes, de 64 anos de idade. Nestor detinha o cartão e a senha necessários para o saque do benefício de seu genitor e utilizou o valor desviado para a aquisição de um telefone celular para si. O cartão e a senha haviam sido fornecidos pelo próprio Antunes para facilitar a retirada dos proventos.

Considerando essa situação hipotética e o disposto na Lei nº 10.741/2003, assinale a opção correta.

- A) É vedada a adoção de medidas despenalizadoras previstas na Lei dos Juizados Especiais ao autor do delito nessa situação, embora a pena máxima privativa de liberdade prevista para a conduta não ultrapasse 4 anos.
B) Nestor é isento de pena, conforme expressa previsão do Código Penal, uma vez que o delito foi praticado em prejuízo de um ascendente.
C) A apuração dos fatos depende de representação de Antunes, dado o parentesco entre ele e Nestor.
D) Nestor responderá pela conduta de reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida.
E) Como Antunes não havia completado 65 anos de idade na data do fato, não se aplicam as disposições do Estatuto do Idoso na situação apresentada.

Comentário:

Letra A: Correta.

STF/ADIN 3.096-5
No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.768/DF, o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional o art. 39 da Lei nº 10.741/2003. Não conhecimento da ação direta de inconstitucionalidade nessa parte.
Art. 94 da Lei n. 10.741/2003: interpretação conforme à Constituição do Brasil, com redução de texto, para suprimir a expressão “do Código Penal e” . Aplicação apenas do procedimento sumaríssimo previsto na Lei nº 9.099/95: benefício do idoso com a celeridade processual . Impossibilidade de aplicação de quaisquer medidas despenalizadoras e de interpretação benéfica ao autor do crime.
Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente para dar interpretação conforme à Constituição do Brasil, com redução de texto, ao art. 94 da Lei nº 10.741/2003.
Com isso, os infratores não poderão ter acesso a benefícios despenalizadores de direito material , como conciliação, transação penal, composição civil de danos ou conversão da pena. Somente se aplicam as normas estritamente processuais para que o processo termine mais rapidamente, em benefício do idoso .

Letra B/C: Errada/Errada.

CP/40 Art. 181. É **isento de pena** quem comete qualquer dos crimes previstos nesse capítulo, **em prejuízo:**

I – do **cônjuge**, na constância da **sociedade conjugal**;

II – de **ascendente ou descendente**, seja o parentesco **legítimo ou ilegítimo**, seja civil ou natural.

CP/40 Art. 182 – **Somente** se procede mediante **representação**, se o crime previsto neste título é **cometido em prejuízo: (Ação Penal Pública Condicionada)**

I – do cônjuge desquitado ou judicialmente separado;

II – de irmão, legítimo ou ilegítimo;

III – de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.

CP/40 Art. 183 – **Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores:**

I – se o crime é de **roubo** ou de **extorsão**, ou, em geral, quando haja emprego de **grave ameaça** ou **violência à pessoa**;

II – ao **estranho** que participa do crime.

III – **se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.**

Letra D: Errada.

Lei 10.741/2003 Art. 102. **Apropriar-se de ou desviar** bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do **idoso**, dando-lhes **aplicação diversa** da de sua finalidade:

Pena – **reclusão** de **1 a 4 anos** e multa.

Letra E: Errada.

Lei 10.741/2003 Art. 1º. É instituído o **Estatuto da Pessoa Idosa**, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas **com idade igual ou superior a 60 anos.**

Gabarito: Letra A.

54) Nos termos da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), é correto afirmar que

- A) o crime de Omissão de Cautela é considerado doloso e apenado com detenção.
- B) todos os crimes tipificados na referida legislação são apenados com reclusão.
- C) o crime de disparo de arma de fogo é apenado com detenção.
- D) o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido é considerado hediondo.
- E) a referida legislação contempla diversos crimes dolosos e culposos.

Comentário:

Letra A/B/E: Errada/Errada/Errada.

O crime de Omissão de Cautela é o único considerado culposos.

Omissão de cautela

Lei 10.826/2003 Art. 13. **Deixar de observar as cautelas necessárias** para impedir que **menor de 18 anos** ou **pessoa portadora de deficiência mental** se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade:

Pena – **detenção**, de 1 a 2 anos, e multa.

Posse irregular de arma de fogo de uso permitido

Lei 10.826/2003 Art. 12. **Possuir ou manter** sob sua guarda **arma de fogo, acessório** ou **munição**, de **uso permitido**, em **desacordo com determinação legal** ou **regulamentar**, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:

Pena – **detenção**, de 1 a 3 anos, e multa.

Letra C: Errada.

Disparo de arma de fogo

Lei 10.826/2003 Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em **lugar habitado** ou em suas **adjacências**, em via **pública** ou **em direção a ela**, **desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:**

Pena – **reclusão**, de 2 a 4 anos, e multa.

Letra D: Correta.

Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito
--

É um crime doloso , não existindo a possibilidade de ser culposos.

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

Os núcleos “Possuir, deter, portar, ter em depósito, guarda ou ocultar arma de fogo” do caput do Art. 16 são considerados crimes permanentes , consumando-se na apreensão do objeto e do infrator.	
Os núcleos “adquirir, fornecer, receber, transportar, ceder arma de fogo” do caput do Art. 16 são considerados crimes instantâneos .	
Com a atualização do pacote anticrime , a posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito deixou de ser considerado um crime hediondo .	
Já, com o pacote anticrime , o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido passou a ser considerado crime hediondo .	
Posse ou porte ilegal de arma de fogo	
De Uso Restrito	De Uso Proibido
Deixou de ser crime hediondo.	É crime hediondo.

Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	
Antes do Pacote Anticrime	Após Pacote Anticrime
Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito , sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:	Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente , emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito , sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
Penas – reclusão , de 3 a 6 anos, e multa.	Penas – reclusão , de 3 a 6 anos, e multa.
Atualmente, com a alteração do pacote anticrime , o termo “uso proibido” foi retirado do caput do Art. 16, sendo criado, pelo mesmo pacote, um novo dispositivo (§ 2º. Art.16.) trazendo a qualificação do crime e elevando a pena para os casos de Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido .	
Lei 10.826/03. Art. 16. § 2º Se as condutas descritas no caput e no § 1º deste artigo envolverem arma de fogo de uso proibido , a pena é de reclusão , de 4 a 12 anos .	

Gabarito: Letra D.

55) Segundo as disposições da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), caracterizada a situação de violência física contra a mulher e comprovado grave risco à sua vida, o agressor será afastado do lar, domicílio ou local de convivência por determinação

- A) da autoridade judicial, com exclusividade.
- B) da autoridade judicial ou do promotor de justiça, com exclusividade.
- C) do policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- D) do delegado de polícia, quando o município for sede de comarca.

Comentário:

Lei 11.340/2006 Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será **imediatamente** afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: (Redação dada pela Lei nº 14.188, de 2021)

I - pela **autoridade judicial**;

II - pelo **delegado de polícia**, quando o Município **não for sede de comarca**; ou

III - pelo **policial**, quando o **Município não for sede de comarca** e **não houver delegado disponível** no momento da denúncia.

Gabarito: Letra C.

56) Nos termos da Lei nº 12.037/2009 (Identificação Criminal do Civilmente Identificado), é correto afirmar que:

- A) as cópias dos documentos apresentados deverão ser juntadas aos autos do inquérito, ou outra forma de investigação, exceto se consideradas insuficientes para identificar o indiciado.

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

B) é vedado mencionar a identificação criminal do indiciado em atestados de antecedentes ou em informações não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

C) apresentado o documento de identificação, é vedada a identificação criminal alicerçada na situação de estado de conservação ou a distância temporal.

D) apresentado o documento de identificação, é vedada a identificação criminal alicerçada na situação de constar dos registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações.

E) a identificação criminal incluirá o processo datiloscópico e o fotográfico, que serão juntados aos autos da comunicação da prisão em flagrante ou do inquérito policial, sendo vedada a juntada a outra forma de investigação.

Comentário:

Letra A/C/D: Errada/Errada/Errada.

Lei 12.037/2009 Art. 3º Embora apresentado documento de identificação, **poderá ocorrer identificação criminal quando:**

(...)

V – **constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações;**

VI – **o estado de conservação ou a distância temporal** ou da **localidade da expedição** do documento apresentado **impossibilite a completa identificação** dos caracteres essenciais.

Parágrafo único. As cópias dos documentos apresentados deverão ser **juntadas aos autos do inquérito**, ou outra forma de investigação, **ainda que consideradas insuficientes para identificar o indiciado.**

Letra B: Correta.

Lei 12.037/2009 Art. 6º. É **vedado** mencionar a **identificação criminal** do indiciado em **atestados de antecedentes** ou em informações **não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado** da sentença condenatória.

Letra E: Errada.

Lei 12.037/2009 Art. 5º A identificação criminal incluirá o processo **datiloscópico** e o **fotográfico**, que serão juntados aos autos da comunicação da **prisão em flagrante**, ou do **inquérito policial** **ou outra forma de investigação.**

Gabarito: Letra B.

Legislação Estadual

57) Considerando as normas estabelecidas pela Constituição do Estado do Piauí para a posse e a sucessão nos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, assinale a alternativa correta:

- A) Prefeito e Vice-Prefeito não precisam declarar seus bens nem as entidades jurídicas de que são diretores no ato de posse.
- B) Prefeito e Vice-Prefeito tomam posse perante o Governador do Estado, não havendo prazo limite para essa posse.
- C) O Vice-Prefeito não possui papel na sucessão ou substituição do Prefeito em caso de impedimento ou vacância.
- D) Se ocorrer impedimento ou vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal assumirá o Poder Executivo Municipal.
- E) Nos noventa dias anteriores à posse dos eleitos, é permitida a realização de operações que resultem no endividamento do Município e o reajuste de salários do funcionalismo público municipal.

Comentário:

Letra A: Errada. De acordo com o Art. 23, o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores devem declarar seus bens e as entidades jurídicas de que são diretores no ato de posse.

Letra B: Errada. O Art. 24 especifica que Prefeito e Vice-Prefeito tomam posse e prestam compromisso perante a Câmara Municipal, havendo um prazo de dez dias para a posse, após o qual o cargo pode ser declarado vago.

Letra C: Errada. Conforme o Art. 25, o Vice-Prefeito substituirá o Prefeito em caso de impedimento e sucederá no caso de vacância.

Letra D: Correta. O Art. 26 estabelece que em caso de impedimento ou vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal será chamado ao exercício da chefia do Poder Executivo.

Letra E: Errada. O Art. 27 afirma que são nulos os atos administrativos que impliquem endividamento do Município, reajuste de salários do funcionalismo público municipal, entre outros, no período de noventa dias antes da posse dos eleitos.

Gabarito: Letra D.

58) Considerando as normativas da Lei Complementar nº 13, de 1994, do Estado do Piauí, sobre estabilidade, promoção, readaptação e reversão de servidores, assinale a alternativa correta:

- A) O servidor aprovado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquire estabilidade após um ano de efetivo exercício.
- B) A promoção do servidor não obedece a critérios de merecimento ou antiguidade, sendo realizada aleatoriamente dentro da carreira.
- C) A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades incompatíveis com sua capacidade física ou mental.
- D) A reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, desde que a junta médica oficial declare insubsistentes os motivos da aposentadoria, ou no interesse da administração sob certas condições.
- E) Um servidor no estágio probatório pode ser promovido a qualquer momento, sem a necessidade de concluir o período probatório.

Comentário:

Letra A: Errada. De acordo com o Art. 20, o servidor adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício.

Letra B: Errada. O Art. 22, § 1º, estabelece que a promoção obedecerá aos critérios de merecimento e antiguidade.

Letra C: Errada. Conforme o Art. 25, a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Letra D: Correta. O Art. 28 define a reversão como o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, ou no interesse da administração, sob condições específicas.

Letra E: Errada. Segundo o Art. 22, § 3º, é vedada a promoção do servidor durante o estágio probatório, exceto ao final deste período.

Gabarito: Letra D.

59) De acordo com a Constituição do Estado do Piauí, no que diz respeito à segurança pública, assinale a afirmativa correta:

- A) A segurança pública é exercida exclusivamente pela Polícia Civil, sem a participação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.
- B) Os Municípios são proibidos de constituir guardas municipais, sendo esta uma responsabilidade exclusiva do Estado.
- C) A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são órgãos responsáveis pela segurança pública, subordinando-se diretamente ao Secretário de Estado da Segurança Pública.
- D) A Polícia Civil é dirigida por um delegado de polícia de carreira e tem, entre suas atribuições, a execução das funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- E) O ingresso na Polícia Civil do Estado do Piauí é feito exclusivamente por nomeação direta, sem a necessidade de concurso público de provas e títulos.

Comentário:

Letra A: Errada. De acordo com o Art. 156, a segurança pública no Estado do Piauí é exercida por meio da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Letra B: Errada. O Art. 157 permite que os Municípios constituam guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.

Letra C: Errada. Segundo o Art. 158, § 1º, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado, e não diretamente ao Secretário de Estado da Segurança Pública.

Letra D: Correta. Conforme o Art. 159, a Polícia Civil é dirigida por um delegado de carreira e é responsável pelas funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as militares.

Letra E: Errada. O Art. 160 estabelece que o ingresso na classe inicial de delegado de polícia de carreira é feito mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil.

Gabarito: Letra D.

60) Considerando as disposições da Lei Complementar nº 13, de 1994, do Estado do Piauí, sobre a reversão, aproveitamento, reintegração, recondução e vacância de servidores, assinale a afirmativa correta:

- A) Um aposentado pode reverter ao serviço público a qualquer tempo, independentemente da idade.
- B) O servidor em disponibilidade será obrigatoriamente aproveitado em cargo com atribuições e vencimentos incompatíveis com o anteriormente ocupado.
- C) A reintegração ocorre automaticamente e dispensa a invalidação da demissão por meio administrativo ou sentença judicial.
- D) Recondução é o retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado devido à inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou à reintegração do anterior ocupante.
- E) A vacância do cargo público ocorre exclusivamente por exoneração a pedido do servidor.

Comentário:

Letra A: Errada. De acordo com o Art. 29, não é possível reverter o aposentado que já completou 75 anos de idade.

Letra B: Errada. O Art. 30 especifica que o servidor em disponibilidade será aproveitado em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Letra C: Errada. A reintegração, conforme o Art. 31, é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por meio administrativo ou sentença judicial.

Letra D: Correta. Conforme o Art. 32, a recondução é o retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado e decorre de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou de reintegração do anterior ocupante.

PACOTE COMPLETO PP-PI 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!](#)

Letra E: Errada. O Art. 33 indica que a vacância do cargo público pode decorrer de várias causas, como exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável e falecimento.

Gabarito: Letra D.
